

NÓS MULHERES

nº3 nov/dez

Cr\$5,00

**História
de um parto**

**Metalurgicas
na ordem do dia**



Como se vive na periferia leste
MULHER E POLÍTICA

História
de um parto

Metalúrgicas
na ordem do dia



Como se vive n.º periferia leste
MULHER E POLÍTICA

EXPEDIENTE

Conselho Editorial

Bia Kfourri
Carolina Oliviero Macedo
Cida Aidar
Conceição Cahu
Jany Raschkovsky
Laura Salgado
Leda Cristina Orosco Galvão
Liane Ralston
Maria Ines Zanchetta
Maria Ines Castilho
Marli C. Gonçalves
Rachel Moreno
Renata Villas Boas
Rita de Lucca
Solange Padilha
Susana Camargo Kfourri

Colaboradores

Billy Gibbons
Cecília Cucho
Ciça
Daura Lucia dos Santos - Recife
Gilberto Epstein
João Ramos
Kika
Margareth Fiori
Marlene Lanfredi
Mercedes Monteiro
Moerra
Regina Rebolo
Rosely
Ruth Toledo
Sonia Valeria - Recife
Tereza Bissoto
Grupo Feminista de B. Horizonte
CAASO - Centro Acadêmico Armando — Salles Oliveira - S. Carlos
Juca Martins
Julio Cesar Minervino
Avani Stein
Cynthia Sarti
Elmerinda

Jornalista Responsável

Marisa Correa

Distribuição

São Paulo — França Pinto
Rio de Janeiro — Fioravante Carelli

NOS MULHERES é uma publicação da Associação das Mulheres.

Administração e Redação:

Rua Capote Valente, 376, porão, Pinheiros - S. Paulo.

Composto e impresso pela

Empresa Jornalística AFA. Av. Liberdade, 704 - fone: 278-9010.

EDITORIAL

Apesar das mulheres participarem cada vez mais na vida de seus países, encontram-se ainda entre as camadas mais discriminadas da população. Nós, mulheres brasileiras, somos até hoje a maioria dos analfabetos do país e sempre estivemos entre os trabalhadores de mais baixa remuneração. O direito ao voto só nos foi concedido em 1934 e as mulheres casadas foram consideradas civilmente incapazes até 1962. Deste modo, para a luta das mulheres, é de fundamental importância a questão da democracia. O que é democracia? Os dicionários conceituam democracia como «o governo em que o povo exerce a soberania» e explicam, que nesta palavra de origem grega, **demos** significa povo e **Kratos** autoridade.

Na Grécia antiga, que é considerada a mãe da democracia, só os homens livres tinham direitos de cidadãos; isto é, eram os únicos que podiam exercer qualquer função sem discriminações. Os escravos não tinham direitos e as mulheres eram excluídas da vida política e social.

A democracia moderna estabeleceu que todos os homens são iguais diante da lei. Entretanto, ainda hoje permanecem discriminações. Apesar de terem os mesmos deveres (trabalho, impostos, serviço militar, etc...) os analfabetos, que até há alguns anos atrás eram a maioria da população em nosso país, não votam; e na Suíça, considerada o protótipo da democracia moderna, as mulheres só conseguiram participar das eleições (votar e serem votadas) em 1971! Isto acontece porque, além de seus princípios, a democracia política pode assumir diferentes formas, dependendo da maneira que o povo exerce seu poder.

Por isso, quando se fala em democracia, é preciso saber quem é considerado «povo», quais as pessoas que dentro de um país desfrutam de plenos poderes políticos e como exercem estes direitos. É disso que depende a soberania popular.

Quanto maior for a parcela da população com efetivas condições de participar da vida política de um país, mais representativo será o governo. Porém, o voto é apenas um momento da vida democrática. Para que a população possa intervir e participar da organização da sociedade em que vive, é preciso garantir também, que as diferentes correntes políticas existentes no seio da população possam exprimir-se de forma a serem assegurados, tanto os direitos da maioria, quanto os das minorias. E, mais que isto, ao lado dos partidos, os grupos sociais devem lutar pelo direito de se organizar de maneira autônoma nos sindicatos, associações de bairro, clube de mães, etc... Pois a verdadeira democracia começa na base da sociedade e deve encontrar nela seus meios de expressão.

E, para que tudo isso possa se dar de forma bem ampla, é preciso existir liberdade de expressão. O pensamento deve exprimir-se livremente e sem medo, pois a imprensa tem o dever de informar e criar debates.

Estas são algumas das razões que levam as mulheres a lutar por uma democracia mais ampla, na qual sejam reconhecidos não apenas seus deveres, mas também seus direitos.

CONTRIBUA COM NÓS MULHERES FAÇA SUA ASSINATURA

Para isto, envie cheque nominal de Cr\$ 30,00 para a Associação das Mulheres à Rua Capote Valente, 376 - São Paulo - Capital - CEP: 05410. Essa assinatura dará direito a 6 números do jornal.

NOME.....
RUA.....Nº.....
BAIRRO.....CEP.....
CIDADE.....ESTADO.....
PROFISSÃO.....

PELA IMPRENSA INDEPENDENTE

COBRA DE VIDRO **BRASIL MULHER**

**VELHA
NEGRA**

POEIRA

versus

DOIS PONTOS

DE FATO

MOVIMENTO

PASQUIM

opinião



O LESTE DE SÃO PAULO

A região Leste 2 situa-se na periferia de São Paulo e compreende vários bairros: São Francisco, São Nicolau, Vila União, Burgo Paulista, Três Marias e outros. Essa região tem uma população de mais ou menos 50 mil habitantes. Os homens são em sua maioria operários e as mulheres, empregadas domésticas.

Como diz uma de suas moradoras: «Como todo bairro da periferia de São Paulo, é um bairro muito pobre. Aqui, o salário mais alto de uma pessoa que tem uma família de 5 pessoas para sustentar, é de Cr\$ 1.800,00.

A Zola Leste 2, como toda a periferia de São Paulo, não possui as condições mínimas exigidas para que sua população leve uma vida ao menos sadia.

O nosso bairro precisa de tudo, não tem nada. O que temos dá só para remediar.

«O bairro não tem esgoto e a água eles estão pondo agora. A água é de poço, e muitos estão contaminados; outros secam no tempo da seca...» O povo sente que só em época de eleições, quando seu voto é importante, que as autoridades competentes se lembram dos problemas da periferia. «Lá no bairro eles puseram canos prá enganar o pessoal — diz um morador — foi em 1974. Puseram cano aqui no meio da rua, e depois das eleições tiraram. Pelo visto, só em 78 é que teremos água.

Nessa região não há nem mesmo telefone público. E outro problema que as mães do bairro se queixam é a falta de creches: «elas não são suficientes, sendo que a maioria das mães tem 4 ou 5 filhos e precisam trabalhar fora. O ginásio daqui é fraquíssimo. Tem semanas que quase nem aula tem. Dizem que falta professores. O ginásio é tão fraco, que a oitava série está estudando nos livros da sétima.»

Nos dias de descanso, a população de Burgo, não tem como se distrair: não existe nenhum parque, praça ou cinema: «De domingo a gente senta em baixo de uma árvore na esquina onde eu moro, e fica olhando o que passa. O nosso divertimento é este. Só de vez em quando, aparece um circo por aqui. Os homens ainda podem ir ao bar e ao jogo de bilhar. Mas eu acho que isso não é um meio de divertimento porque depois eles trazem problemas pra dentro de casa. No bar homem só escuta conversa e vem pra casa com algumas na cabeça; maltrata a mulher».



Vila do Sapo

É o nome que deram à favela que pega os bairros de Burgo, São Francisco e Três Marias, beirando todo o rio. A maioria de seus moradores vem do norte, provavelmente fugindo da seca e pensando encontrar em São Paulo, melhores condições de vida.

Na favela, todos os problemas de água, esgoto etc., são mais graves ainda. O esgoto de algumas casas passa, em frente aos barracos da favela. Não é canalizado e o cheiro é insuportável. O problema de luz é resolvido da seguinte maneira: «Uma lata de leite ninho furada, dois litros de querosene, pavio e dá pra passar um mês. Mas isso prejudica a saúde das crianças porque fica aquela fumaça».

A favela não tem poço, só uma mina. «O pessoal faz tudo com essa água da mina; bebe, lava roupa, cozinha. Eu só lavo a louça, porque com uma água contaminada daquela eu tenho medo. Pra beber, eu pego das vizinhas da frente». A maioria das mulheres não trabalha, porque tem filhos pequenos e não consegue emprego. Algumas fazem bicos, lavando roupa para fora. Os homens são quase todos serventes de pedreiro. Moram lá porque o dinheiro que têm só dá mesmo para comer. E isto, quando dá. «A gente só faz comer feijão e arroz, feijão e arroz todos os dias. E ainda dá graças a Deus. Mas um dia essa vida há de melhorar. Isso se Deus, as autoridades e o governo nos ajudarem. Se não, a gente vai acabar pedindo esmola de porta em porta, uns comendo os outros. Hoje eu tou com uma fome, que se tivesse dentes, já tinha comido um pedaço da minha mão». O que mais assusta essa população é a ameaça de despejo e as enchentes em época de chuvas. Quando há enchente, o rio emenda com a mina e inunda todos os barracos. «Nós ficamos todos no meio da lama gritando uns pros outros: me acode, me acode, mas quando Deus nos acudir, já tá tudo morto». Com relação ao despejo, diz uma moradora da favela: «Deram dez dias prá gente sair. Disseram que vinham com reforço prá tirar a gente daqui. E não saímos de jeito nenhum. Prá onde é que a gente vai? O negócio é quando sair daqui, invadir outro terreno e quando o dono aparecer ir prá outro e ir morando assim». A única alternativa seria mudar o barraco para a beira do rio (que é área da prefeitura). Uma semana de-

pois, o rádio e a televisão noticiaram que tinham sido todos despejados, inclusive os que estavam na beira do rio. O proprietário reclamou, vieram os «reforços» e todos foram obrigados a sair. Prá onde foi essa gente? Ninguém no bairro sabia. Alguns favelados, ingenuamente, ainda tinham a esperança de ir para um abrigo da prefeitura. Provavelmente, essas famílias estão agora num outro terreno «até que seu lobo não venha» ou debaixo das pontes da cidade.

A Lagoa

Este é um problema que atinge os moradores de Burgo e São Francisco o-da lagoa. Lá já morreram umas treze pessoas afogadas. As donas de casa, então, resolveram fazer alguma coisa. «Nós fizemos um abaixo-assinado prá aterrar a lagoa e fomos falar com o prefeito. E ele disse que a única coisa que podia fazer, era aterrar a lagoa com terra e lixo porque ficaria mais barato. E nós aceitamos. E agora a poluição está bem forte por causa do mal cheiro do lixo. As crianças vivem brincando na lagoa aterrada e fica tudo doente, mas eu acho que a doença vem de longe, da água da lagoa que as pessoas bebiam. Por que tudo quanto era bicho morto, cavalo, cachorro, era jogado na lagoa. Até um aborto encontraram lá. E já estava bem grandinho». Agora o mal cheiro da lagoa torna-se insuportável: «O pessoal daqui, criança principalmente, diz uma senhora que mora em frente ao aterro, levanta com vômito. A gente nem sabe dizer o que é melhor: se a lagoa com os afogamentos ou agora com esse mal cheiro. Em vez de morrer afogado, a gente morre intoxicado». Um outro problema é que não aterraram a lagoa inteira. Sobrou um buraco enorme em volta de uma torre da Light que, provavelmente vai ser outra lagoa na época das chuvas. O medo das donas de casa é que as crianças se pendurem na torre e se atirem dali. «Em vez de morrer nadando, eles vão morrer enterrados de uma vez. A gente está vendo o que vai fazer, se é abaixo-assinado, se vai direto conversar com o prefeito. A gente está até com a intenção de pedir uma área verde na lagoa». Neste último outubro, houve missa de Ação de Graças pelo aterro da Lagoa e em memória dos que foram vitimados por ela. Compareceram a essa missa, cerca de 300 pessoas.

«Sem trem do Brasil»

«Aqui na região não tem ônibus de jeito nenhum. Ainda se calhar de pegar um no ponto é sorte, por que senão tem que esperar 40 minutos prá vir o próximo». São os que trabalham longe que mais reclamam. Gastam quatro horas por dia para ir e vir do trabalho. Nesta região, a empresa São José tem o monopólio das linhas, isto é, só ela tem o direito de colocar ônibus nas linhas existentes. Alguns moradores acham que «seria bom que pusessem mais uma linha prá fazer concorrência, porque assim, uma ia querer servir melhor que a outra». O problema dos transportes é tal, que, diz um morador: «Tem gente que prefere fazer hora extra na firma prá não tomar ônibus naquela hora. Geralmente chego atrasado na escola. Pego o trem lá no Brás, chego correndo, o trem vai saindo e o pessoal já tá pendurado. Isso quando não quebra e quando tem trem. A gente tem até uma brincadeira engraçada: a gente chama de «Sem trem do Brasil» e não Central do Brasil».

O posto de saúde

— «Eles acham que o povo vive bem»

Uma das maiores necessidades desta região são os postos de saúde. Dizem as donas de casa que já foram pedir um ao prefeito e este disse que a população do bairro não era suficiente para que se construísse um posto, e que este sairia muito caro. «Mas a gente não quer um posto caro. O que a gente quer é o funcionamento dele. Um posto que funcione e que seja perto. Porque quando é um negócio de urgência tem que ir para o pronto socorro ou pro INPS, prá quem tem INPS, né? O pronto socorro mais perto é no Tatuapé. De ônibus leva uns 40 minutos, sem contar com mais 40 minutos de espera do ônibus.

«Estamos tentando provar que há necessidade, porque se você só vai e fala, eles não acreditam. Acham que o povo vive bem. É preciso levar abaixo-assinados. Quando dissemos pro prefeito que em nosso bairro não tinha nada, ele respondeu: «Como não tem nada? Tem vocês que são gente». O negócio era falar prá ele que gente precisa de coisa prá viver e se sentir gente, senão viramos objeto. Prá tudo o que se precisa aqui, a gente tem que se unir e começar, prá depois a prefeitura dar a verba».

DALI

E.U.A.
AS OPERÁRIAS DO ALGODÃO

Esta é a história de Marilyn, operária americana de 44 anos, mãe de dois filhos e vítima de um sistema que conseguiu transformar os Estados Unidos numa potência, mas não foi capaz de resolver os problemas básicos de Justiça Social.

Este artigo nos foi enviado pela jornalista francesa, Cecile Cuche.

Não faz muito tempo, no sul dos Estados Unidos, os últimos escravos cultivavam os campos de algodão. Mais tarde, transformaram-se em operários agrícolas e, de dez anos para cá, começaram a trabalhar nas fábricas, levados pela fome e pela mecanização da agricultura.

Além das plantações de tabaco, amendoim e algodão da Carolina do Sul, na pequena cidade industrial de Roanoke, o esmagador calor úmido se torna ainda mais pesado pela poluição: sete fábricas de algodão e mais uma fábrica de papel que solta um forte cheiro de enxofre. O truste do algodão se chama Stevens e a ele pertence toda a cidade.

Em Roanoke, Marilyn trabalha há 20 anos como tecelã. Antes dela, seu pai e sua mãe trabalharam a vida inteira na mesma fábrica. «Depois do tempo de minha mãe, as coisas pioraram». No entanto, Marilyn mora numa pequena casa confortável e possui — «como todos aqui» — um enorme carro americano. Mas ela não tem seguro social e um dia de internamento num hospital custa 480 dólares, o que equivale a um mês de trabalho. No conjunto das fábricas, descobriu-se que um, em cada seis operários, é atingido de «silicose de algodão» (doença pulmonar causada por inalação de pó do algodão).

Eles não sabem disso. Na fábrica Stevens o operário que é capaz de citar o slogan de segurança da semana pode ganhar um dólar. Mas o volume de poeira de algodão ultrapassa em um terço a norma de higiene estabelecida pela lei. A direção da indústria recusa-se a transferir os trabalhadores atingidos pela silicose para departamentos menos poluídos.

Em caso de acidente de trabalho, a companhia deve pagar, de acordo com a lei, 1/4 do salário como indenização.

Mas não o faz. «Tive um acidente muito grave — conta Marilyn —. Uma lançadeira soltou-se do tear e me pegou na testa. Fratura de crânio. O patrão telefonou para o hospital na mesma noite, pedindo que me levassem mesmo inconsciente, sobre um carrinho de mão, pois assim o acidente não seria registrado e a companhia não teria que pagar. O médico não aceitou, pois o meu estado era muito grave. (Em geral, eles aceitam, pois são médicos que pertencem à fábrica Stevens). Nessa hora, passaram por mim duas pessoas que também tinham sofrido acidentes de trabalho: uma mulher com os dois braços quebrados e um homem com o pé triturado...»

«Quando comecei a trabalhar, cada tecelã tomava conta de três teares. Hoje em dia, cada uma é responsável por dez. Somos pagas pela produção, mas o salário é o mesmo. Se a máquina dá o salário para também. Além disso, não temos tempo nem para almoçar: comemos um sanduíche enquanto continuamos a vigiar o tear.»

Férias? Elas não saem nunca. Temos uma semana de férias no fim de um ano de casa e duas semanas no fim de cinco anos. Mas a fábrica trapaceira também quanto à antiguidade de seus trabalhadores. Se eles mudam de uma fábrica para outra, da mesma companhia, perdem a antiguidade e tudo recomeça do zero...»

Aposentadoria? Não há. «Quando a gente vai embora, mais ou menos com sessenta e cinco anos, ganha um prêmio de cerca de 1.000 dólares, (que chamam de «participação nos lucros») e a companhia está quites.

Após trinta e sete anos de bons e leais serviços, declara uma velha operária, «ganhei uma medalha, mil e trezentos dólares e uma silicose». Aliás, desde que um trabalhador se torna muito velho ou cansado para assegurar o ritmo da produção, ele é mandado embora ou colocado num setor que ele não consegue acompanhar. Isto é feito para desencorajá-lo. Marilyn comenta: «Na fábrica Stevens, não existem aposentados, mas sobreviventes».

Todas as fábricas da companhia fazem três turnos de trabalho. A maioria das pessoas prefere evidentemente a

primeira equipe. Mas até este ano, a própria fábrica designava a primeira equipe. «Sempre trabalhei no terceiro turno, diz Marilyn, da meia noite às oito da manhã. Assim, meus filhos dormiam enquanto eu trabalhava e eu me ocupava deles durante o dia. Creches? Aqui não existem. De qualquer maneira, seria muito caro. Além do mais, dizem que as crianças se sentem melhor quando é a mãe que cuida delas...»



Marilyn tem 44 anos e está doente. Teve um ataque e o médico disse que ela não pode mais trabalhar. «Mas não diga ao patrão, pois ele ficaria feliz de poder se ver livre de mim».

Marilyn foi a primeira sindicalizada na fábrica e há dez anos ela tenta dinamizar o sindicato. Uma vez, foi demitida por esse «crime» e durante quatro anos, ficou sem emprego e sem

salário para sustentar a família. No entanto, o sindicato ganhou o processo e Marilyn foi readmitida.

O império Stevens — que transforma o algodão das plantações em um produto acabado — possui 89 fábricas e 47 mil trabalhadores em sua fábrica da Carolina e em outros países. Foi criado no século XIX explorando o trabalho de meninas.

Nesta época, os sargentos recrutados passavam pelos campos, para apanhar crianças que trabalhavam em troca de um pedaço de pão. Os teares eram construídos na altura de suas pequeninas mãos. Depois de longas lutas — quando o trabalho das crianças foi proibido e as jovens operárias começaram a se organizar — elas foram substituídas pela nova mão de obra dos últimos emigrados, os irlandeses. Mais tarde, quando todo o norte se sindicalizou, o truste fugiu para o sul.

Na indústria textil do sul, somente dez por cento dos seiscentos trabalhadores são sindicalizados. Os salários correspondem a 1/3 dos salários médios do país e reina a maior arbitrariedade patronal.

Na Carolina do Sul, os salários da Stevens são os mais baixos do país.

Um boletim sindical distribuído na indústria diz: «Em todo o país, os trabalhadores enfrentam a mais terrível recessão, desde a guerra. Muitas indústrias diminuíam os salários. E o preço dos alimentos, das roupas e dos aluguéis continuam a subir».

Desde 1958, o sindicato textil se esforça para organizar os trabalhadores das 7 fábricas de Roanoke. Nos Estados Unidos, para que um sindicato seja reconhecido pela empresa, é necessário que mais de 50% dos trabalhadores tenham votado a seu favor. Esta primeira vitória foi conseguida há 3 anos. Agora, o sindicato está legalmente habilitado para negociar um contrato com a empresa, sobre salários, condições de trabalho e seguro de doenças.

Marilyn diz: «A chegada em massa dos trabalhadores negros na indústria permitiu uma mudança de mentalidade. Se uma maioria se pronunciou pelo sindicato, foi graças a eles, que são mais solidários».

DAQUI

Transporte

No dia 27 de outubro passado, representantes de todos os bairros da região servida pelas empresas de ônibus «Sete de Setembro», «Independência», «Jurema» e «Monte Alegre» reuniram-se na Câmara Municipal de São Paulo para exigir soluções definitivas ao problema de Transporte Coletivo da mesma região. (zona sul).

Estiveram presentes à reunião por volta de 200 pessoas. Diante deste auditório, a comissão de moradores da zona sul leu vários documentos, relatórios de pesquisa, acusações às empresas de ônibus. Um dos documentos era endereçado «Ao presidente da república, deputados, governador do Estado de São Paulo, prefeito de São Paulo» e outras autoridades. Neste documento, os moradores da região de Parelheiros, Cipó, M Boi Mirim, zona sul de São Paulo, falavam das péssimas condições

do transporte coletivo, além de outros problemas, e reivindicavam soluções junto à Câmara dos vereadores.

«O documento foi entregue aos vereadores Antonio Resk, José Storopoli, José Bustamante e ao deputado federal Airton Soares (...) Os vereadores presentes (...) prometeram encaminhar para aprovação da Câmara um documento exigindo a presença do secretário de Transportes para que dê as devidas explicações sobre o problema». Além disso, prometeram ainda encaminhar o documento ao Presidente da República.

(Jornal da Tarde - 28/10/76)

Almanaque do Humordaz censurado

O Almanaque do Humordaz está suspenso por motivo de força maior, pois quando preparavam o número 3 foram avisados de que estariam sob censura prévia. Sendo assim, o Alma-

naque não pode suportar o desgaste econômico imposto pela censura, continuando somente com a página semanal no Estado de Minas.

Mulheres: agora, fiscais

A Secretaria Municipal de Finanças da Prefeitura de Fortaleza terá, proximo, mulheres trabalhando como fiscais de arrecadação de tributos. Numerosas mulheres-daquela capital estão se inscrevendo, diariamente, para o concurso que se realizará para o preenchimento de 14 vagas de Fiscal de Tributos do Município. O salário inicial será de dois mil duzentos e quatorze cruzeiros, com possibilidade de aumento face ao índice de produtividade do servidor.

O comparecimento de universitárias é maciço, e isto está causando surpresa porque a função de fiscal até então, era tida como exclusiva de homens.

Gestante: estabilidade provisória

«Os trabalhadores metalúrgicos conseguiram a aprovação da estabilidade provisória da trabalhadora gestante até 60 dias após a licença compulsória de que trata a Consolidação das Leis do Trabalho (quatro semanas antes e oito semanas após o parto), questão que os empresários não admitiam sequer discutir».

«Para que seus pontos de vista fossem modificados, ocorreram várias reuniões na Federação das Indústrias do Estado, entre empresários e dirigentes dos metalúrgicos. Nesses encontros, ficou evidenciado o clima de descontentamento existente nas fábricas ante a alta do custo de vida verificada nos últimos meses e que foi a razão de uma das mais movimentadas campanhas desenvolvidas pelos trabalhadores durante este ano».

(O Estado de São Paulo - 30/10/76)



O PARTO

«ESTA É A HISTÓRIA DA GESTAÇÃO E DO PARTO DE UMA PROSTITUTA DE PERIFERIA, CUJO FILHO, ESSE DE QUE SE NARRA O PARTO, FOI NELA «COLOCADO» POR SEU ENCARREGADO DE SEÇÃO». ESTE É O TRECHO DA CARTA QUE NOS FOI ENVIADA POR JOÃO RAMOS, QUE É TAMBÉM O AUTOR DO TEXTO QUE SE SEGUE.

Garantindo que receberia o ordenado daquele mês de trabalho e o FGTS, consegui que me alugassem um barraco. Não sem andar muito e receber muitas recusas. O que ao final consegui foi em um lugar isolado, num lote que o dono não queria usar, pois para se chegar a ele não tinha senão um trilho que acompanhava uma valetinha no meio de um brejal. Andava-se ali por cima de uns paus podres e pedaços de tábuas velhas. Com qualquer chuvinha inundava tudo e aí era andar no meio da lama mesmo, não tinha outro jeito.

Foi ali, naquele barraco de suata e zinco, três por três, em cima de uma caminha «de armar», que comecei a dar a uns e outros, a uns caras desgraçados da vida, que tinham deixado mulher e filho lá no «norte» ou que aqui não podiam formar família, por não poder sustentá-la. A gente se encontrava nas ruas, botecos e padarias e eu «dava bola» na esperança de conseguir algum para comprar de comer, pagar o aluguel e comprar remédios para as cólicas, cada vez mais fortes. Eles apareciam lá pelo meio da noite e caía-se na cama sem perda de tempo. A caminha rangia, fazia um barulho dos diabos. Aí eu brincava: «cuidado caminha, não vá acordar as vizinhas.» Eles riam. Não havia conforto nenhum. Com alguns mais espantados a gente acabava no chão, que aquela cama era estreita demais para os pulos afobados deles. Eles chegavam secos, a língua até fazia barulho na boca, carcomidos por longa privação. Os que deixavam os trocados, para pouco servia. Eles é que eram servidos.

O FGTS acabou em quatro meses e eu fiquei vivendo só das migalhas catadas à noite. Outro

emprego não encontrei. O menino lá dentro incomodava cada vez mais, mexia-se. Os vômitos se tornaram diários. O pouco que comia punha para fora. Pensei que a criança ia cabar morrendo de fraqueza e eu mesma já não podia mais. Mas todo dia ela estava se mexendo cá dentro, comichando. No INPS enfrentei longas filas para tirar a prova e ver como estava o menino.

No fim não tinha forças para receber mais ninguém à noite. Deixei de tudo. Dia e noite naquele quatinho abafado, naquela cama barulhenta. Tranquei-me numa aflição sem sono ou distração, dia e noite. Deixei de me trocar e de me lavar, deixei de varrer o chão e limpar as coisas. A poeira cobriu tudo; um punhado de roupa suja ficou amontoado no canto, embaixo da mesa; a louça da última comida ficou encima da mesa, o resto de comida embolorando na panela, fedendo, ajuntando moscas, a noite acendia em fogo-fátuo.

Eu me deixava ficar estirada na cama, desligada da vida, parava até mesmo de pensar. Era como um pedaço de pau podre, como o resto de roupa suja embaixo da mesa. Não tinha ninguém que me quisesse ou que eu quisesse. Todos da vizinhança me olhavam com maus olhos.

Para o dia do nascimento eu tinha preparado uns trapos de pano, tesoura e álcool para o umbigo. Estava disposta a parir ali mesmo, não ia correr hospitais andando sozinha pela rua. Ficaria ali esperando e uma vez tendo parido tudo seria melhor, me voltaria a coragem para botar as coisas em ordem, conseguiria um novo emprego e refaria a vida. Mas a dor que foi chegando violenta mudou

tudo. Perdi a coragem, me desarvorei. Não seria normal o meu parto, não seria como os de minha mãe que nunca precisou de hospital. Ia haver problemas e eu poderia morrer ali com a criança, ali no meio daquelas roupas sujas e restos de comida. Me apavorei. A dor crescia me dizendo que era hora, que eu tomasse alguma decisão ou seria tarde demais.

Sai correndo desembestada, na madrugada cheia de chuva. Pensasse melhor, lembrasse as tantas filas que já tinha enfrentado naquele ano, não teria saído. Voltei a tarde cambaleando e novamente disposta a parir ali sozinha. No hospital tinham me dito que era cedo demais, que eu votasse na horinha, que não tinham lugar sobrando para deixar mulher deitada o dia inteiro, não. Caí na cama quase num desmaio, dormi sem ver mais nada. De tanto cansaço nem a dor conseguia sentir. De pesadelo em pesadelo acordei no meio da noite, numa espécie de deslumbramento, fora de mim. Olhei ao redor: a roupa suja, a panela com o resto da comida podre, num canto da mesa um trapo branco, a tesoura e o álcool. Apalpei a cama. «Acho que vou ficar aqui mesmo. Pelo menos tem a cama, tem a tesoura, tem o álcool... E se acontece alguma coisa errada e eu aqui sozinha? Morro eu e a criança... Vou sair. Agora já deve estar na hora, eu não aguento mais a dor, logo tudo acaba». Fui falando e fui saindo, vagarosa sem perceber que andava. Ponho-me no trilho barrento, me escorrego, não vejo nada. Vou caminhando sonâmbula. Nem penso em condução, vou andando como se fosse até ali só, não sei onde, em lugar nenhum. De repente me descubro no pronto-socorro:

— «Moça, preciso ser internada. Vou parir já, moça!»

— «Agora é que a senhora se lembra que tem que dar a luz? A essa horas da noite? Vá procurar maternidade amanhã de dia, parece que faz de propósito!»

— «Fui de dia, moça. Me disseram que era cedo demais, que eu esperasse. Vou parir de pé aqui mesmo, moça. Me interna, moça!»

— «Acho melhor a senhora ir para casa ou eu chamo o guarda pra levar a senhora a força!»

Cai fora e fui andando sem rumo, as calçadas passando, passando. De repente a chuva. Ventania, trovões, relâmpagos. E água. Uma chuva daquelas que chegam de madrugada, terríveis. Toco a correr na rua vazia, aquela hora tudo estava fechado. Engolindo água, me afogando, o vento me tocando pra um lado, pra outro, empurrando, segurando, a roupa grudada no corpo, amarrando. E no meio de tudo, a dor. Dor de não se aguentar, crescendo, crescendo.

Ânsias de vômitos secos, tontura. Correndo para lá, para lugar nenhum e era preciso chegar logo, sempre mais depressa, para escapar daquela chuva, daquela dor, sempre maior. Lá vai tropeção e tombo, a barriga amassando a calçada. A dor agora de pontada, de enlouquecer. Aquela agonia de encolhe e estica, gritos, gemidos e enfim... o menino. Sem trapo, sem álcool, sem tesoura, sem cama.

Meu filho não foi o perdão do meu pecado. Nascido doente encarnou meu castigo de filas, fomes, correrias, deboches e desemprego. Cobrou dedicação e carinho impossíveis e cresceu bravo e teimoso. Hoje foi preso roubando um pedaço de bolo na padaria.



A HORA DAS METALÚRGICAS

Para novembro deste ano, está previsto o primeiro Congresso sobre a situação da mulher metalúrgica, que será promovido pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, sendo que em setembro realizou-se o II Congresso dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Bernardo do Campo e Diadema, onde foram levantados os seguintes pontos, que serão discutidos com a classe patronal:

Aspectos salariais

— Criação de um catálogo que especifique as diversas funções do trabalhador dentro da indústria, em função de um salário profissional mínimo e da fixação do salário piso para a categoria;

— A classificação dos locais insalubres deverá ser feita por comissões formadas pelos próprios trabalhadores;

— Remuneração do tempo gasto na locomoção do trabalhador no sentido casa-fábrica e fábrica-casa;

— Reajuste salarial mensal ou trimestral;

— Participação dos trabalhadores nos lucros, após o balanço anual.

Horário de trabalho

— Redução da jornada para 40 horas semanais com os sábados livres e fixação de um máximo de duas horas extras diárias, exceto em situações excepcionais;

— Pagamento de uma taxa adicional mínima de 50% para cada hora extra trabalhada;

— Eliminação do trabalho em turno, determinando-se um horário fixo;

— A cada 4 horas de trabalho, um descanso de quinze minutos;

Férias e descanso semanal

— Férias de trinta dias, pagas em dobro e que coincidam com as escolares, no caso do trabalhador ter filhos em idade escolar, ou de ser estudante;

— Os eventuais atrasos ao serviço não afetarão o pagamento do descanso semanal;

Garantias do emprego

Sempre estudadas por uma comissão formada pelos próprios trabalhadores:

— Fixação de um pequeno período experimental, após o qual o trabalhador não poderá ser demitido, salvo falta grave de sua parte;

— Caso a empresa seja obrigada a reduzir o seu quadro de empregados, deverá previamente discuti-lo com o Sindicato;

— Em caso de dispensa, o trabalhador deverá receber um aviso prévio, durante o qual ficará desobrigado de prestar serviço;

Condições de trabalho

— Comissão que planeje as instalações industriais, eliminando assim todas as condições de insegurança e insalubridade existentes no processo de produção e que fixe também o ritmo de trabalho (principalmente nas indústrias que operam em sistema de linha de montagem);

— Complementação, pelas empresas, da



As resoluções do II Congresso dos trabalhadores metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema possibilitam às metalúrgicas de brevemente discutirem seus problemas.



aposentadoria recebida pelo empregado, para que esta equivalha ao que recebe o trabalhador que se encontra em serviço;

— Na contratação de novos empregados, as empresas darão preferência àqueles que forem encaminhados pelo serviço de colocação do Sindicato;

— Fixação da idade mínima de 14 anos, como limite máximo para a contratação, e salário integral ao menor submetido à aprendizagem no próprio emprego;

Garantias sindicais

— Designação de delegados sindicais, que gozarão de estabilidade no emprego e em suas funções;

— Utilização do quadro de avisos e do correio interno;

— Reconhecimento do direito de greve, caso haja recusa do empregador em participar das negociações propostas pelos trabalhadores;

— Formação de um fundo de desemprego;

Outras reivindicações

— Manutenção, pelas empresas, de atendimento médico durante a jornada de trabalho;

— Instituição de creches pela empresa;

— Uniformes e outros equipamentos individuais fornecidos sempre gratuitamente aos empregados;

— Organização de restaurantes mantidos pela empresa;

— Aceitação de atestado médico, mesmo quando não tiver sido emitido pelo INPS;

— Abolição do regime de convênio, devendo a assistência médico-hospitalar ser assegurada pelo INPS.

A situação das metalúrgicas

O Congresso previsto para novembro, será uma boa ocasião para aprofundar questões referentes aos problemas específicos da mulher metalúrgica, relevando os seguintes pontos:

— Os cursos profissionalizantes são de difícil acesso para a mulher, por isso, ela exerce trabalhos não especializados na empresa e nos raros casos em que isso ocorre — isto é, quando teve oportunidade de se profissionalizar — é paga e registrada como «ajudante geral» ou «operadora de máquina».

— A diferença de salário recebido pela mulher, mesmo quando ela tem uma função igual à do homem;

— O excesso de força física exigido em alguns trabalhos;

— A competição para agradar o chefe, e a consequente falta de coleguismo entre as trabalhadoras;

— Além de enfrentar as 48 horas de trabalho semanal exigidos pela empresa, a mulher metalúrgica deve ainda trabalhar, e muito, em casa, não lhe sobrando tempo para divertimento ou mesmo para descansar.

Essa iniciativa é uma das primeiras que dá chance à mulher operária de discutir sua situação, suas dificuldades e seus problemas na fábrica, assim como os que deles decorrem. Por isso, é muito importante que este Congresso se realize, mobilizando o maior número de mulheres possível.

A luta de libertação da mulher no Brasil data do início do século. Como nos outros países começa com a industrialização, e faz parte do processo de integração da mulher no campo de trabalho social, no qual ela vem lutando para vencer as discriminações que a sociedade lhe impõe.

Ainda nos primeiros anos deste século, por volta de 1907, as mulheres costureiras de São Paulo chamavam suas companheiras a participarem dos problemas enfrentados pelos trabalhadores em geral. Em 1910, Ernestina Lésina publicava, também em São Paulo, o jornal «Anima Vita», que dirigindo-se às mulheres, conclamava-as a participarem na defesa dos trabalhadores e pela regulamentação do trabalho feminino.

Um pouco mais tarde, as mulheres da intelectualidade seguiam o exemplo de suas irmãs dos países industrializados, e lançavam a campanha pelos direitos da cidadania da mulher. Em 1918, volta da Europa a bióloga Berta Lutz, pioneira do feminismo no Brasil, e começa a divulgar a luta pela emancipação da mulher. Em 1919, representa o Brasil no Conselho Feminino Internacional, órgão da OIT - Organização Internacional do trabalho —. Em seguida ajuda a criar a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, em 1922. A luta da Associação se apoiava nos seguintes pontos: 1 — Promover a educação da mulher e elevar o nível da instrução feminina. 2 — Proteger as mães e a infância. 3 — Obter garantias legislativas e práticas para o trabalho feminino. 4 — Obter as boas iniciativas da mulher e orientá-la na escolha de uma profissão. 5. — Estimular o espírito de sociabilidade e de cooperação entre as mulheres e interessá-las pelas questões sociais e de alcance público. 6 — Assegurar à mulher os direitos políticos que a nossa Constituição lhe confere e prepará-la para o exercício inteligente de seus direitos. 7 — Estreitar os laços de amizade com os países americanos, a fim de garantir a manutenção da Paz e da Justiça no Hemisfério Ocidental.

A questão do trabalho da mulher e de seus direitos políticos, foi uma constante nos movimentos feministas brasileiros. Entretanto, a imprensa da época continuava a fazer comentários contra o movimento das mulheres. «Essa teimosia bem feminina, com que as mulheres não querem abrir mão do direito do voto, sem o qual não compreendem a própria emancipação, é quiçá, o maior erro da campanha feminista. Na política, a mulher jamais se sentirá bem. A sua pesada atmosfera requer pulmões fortes»... Esta era a opinião do «O Estado de São Paulo» na época. Porém, a campanha do voto iniciada nesse período teve sua primeira vitória em 1927, quando a Constituição do Rio Grande do Norte incluiu o voto feminino. Mas as mulheres que votaram em 1927 neste Estado, viram seus votos anulados, pois a eleição era para senador, e no plano nacional o voto feminino ainda não tinha sido conquistado. Apesar disso, este fato criou a ruptura necessária e a partir daí, em muitos Estados, as mulheres passaram a atuar mais diretamente pela conquista de

um momento de NOSSA HISTÓRIA

O feminismo no Brasil não é como querem muitos, uma coisa de agora, influenciada por «forças obscuras», estranhas à nossa realidade. A memória feminista se perdeu como tantas outras em nosso país. Porém, cabe a nós restituí-la. Este artigo coloca alguns elementos da luta das mulheres pela conquista de seus direitos.



«Se me perguntarem a situação atual da mulher do meu país, direi que é bem melhor do que em 1916, quando o Código Civil Brasileiro, ainda em vigor, considerou parcialmente incapazes «os índios, os loucos, os menores e as mulheres casadas». Não vou querer lavar roupa suja no exterior mas também não vou dizer que a mulher brasileira já tenha conquistado seu lugar à frente com o homem, pois não sou adepta de meias palavras». Isso Berta Lutz falou no ano passado, antes de participar do Congresso da Mulher promovido pela ONU, no México. Ela morreu no dia 16 de setembro passado, num asilo de velhos, depois de ter lutado 57 anos pelos direitos da mulher.

seus direitos. Esta campanha permeou a existência de várias organizações feministas, na maioria criadas pela Dra. Berta Lutz: União Universitária Feminina (1919). União Profissional. União das Funcionárias Públicas e Liga Eleitoral Independente. Ainda em 1922 a Federação abre filiais em diversos estados. Em 1931, realiza-se o II Congresso Internacional Feminista no Rio de Janeiro. E, em 1934, o direito ao voto feminino é enfim conquistado através do artigo 108 da Constituição.

A luta não para aí, e o movimento feminista intensifica em seguida sua ação em torno do trabalho feminino e da proteção à maternidade. Luta pela redução da jornada de trabalho das comerciárias — de

13 para 8 horas diárias — pela licença remunerada de 3 meses no período do parto, o direito a creches no trabalho e tempo para amamentação. Todas essas reivindicações foram formalizadas por Berta Lutz no projeto lei chamado Estatutos da Mulher.

O movimento feminista lutou ainda contra a incapacidade civil da mulher casada, elaborando projetos-lei, alguns dos quais viriam a se concretizar apenas em 1962. Outros, como creches nas indústrias que tenham a partir de 20 empregadas com mais de 16 anos (hoje é preciso que tenha no mínimo 30) ainda não se concretizaram.

Se bem que conquistado no Brasil dez anos antes que na França, o voto feminino em nosso país

se vê prejudicado por vários fatores. Primeiro, pela própria restrição das liberdades democráticas, que interrompeu a sua prática até o fim da II Guerra Mundial. Segundo, pelo próprio fato do voto no Brasil ser até os dias de hoje restrito aos alfabetizados, o que faz com que as mulheres, que são mais da metade dos analfabetos, se vejam ainda mais marginalizadas do processo político. A esta situação se junta o fato de que as mulheres, pelo seu baixo nível de consciência social, vejam seus votos muitas vezes utilizados por partidos políticos, quando na verdade, deveriam ser as primeiras a tomar a dianteira dos processos renovadores. Por último está o problema delas determinarem seus votos, como em outros países, não a partir de uma escolha sua, mas seguindo o marido ou pai.

Com a participação do Brasil na II Guerra Mundial, as mulheres passam por um novo surto de organização. Reunem-se em comitês espalhados por todo o país, com o objetivo de conseguirem roupas para os soldados no fronte; contra a elevação do custo de vida, o câmbio negro, o nazi-facismo. Da mobilização dessas lutas, foi surgindo a necessidade de organizar uma associação que reunisse os grupos que então trabalham isoladamente. Ao final da guerra, mulheres das mais amplas camadas se reúnem em Assembléia, que dura três dias. Anos depois, em 1949, é fundada a Federação de Mulheres do Brasil, que organiza conferências, congressos, funda filiais por todos os Estados e participa dos departamentos femininos dos sindicatos, atuando em suas campanhas.

Ainda no fim da guerra, a luta das mulheres de bairros contra a carestia da vida é complementada por um movimento surgido pela ampla anistia que veio a chamar-se Comitê das Mulheres pela Democracia, cujo funcionamento durou 5 anos, lutando arduamente pelos direitos da mulher, da infância e pela democracia no país.

Mais tarde, por volta dos anos 60, a partir da Convenção Feminina do DF formaram-se novos grupos que seguiram lutando pelas soluções dos problemas dos bairros, custo de vida e pela paz, aderindo a campanhas sociais mais amplas, como à defesa do petróleo, soberania nacional, e liberdades democráticas.

Cor.: o desenvolvimento das lutas sociais e a proclamação pela ONU do Ano Internacional da Mulher, a luta pela emancipação da mulher brasileira tomou novo impulso. Surgiram iniciativas como o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira em São Paulo, e o Centro da Mulher Brasileira no Rio de Janeiro. Paralelamente apareceram em São Paulo, o Movimento Feminino pela Anistia e publicações como «Brasil Mulher» e «Nós Mulheres». Esses movimentos, na sua maioria, lutam pela emancipação da mulher brasileira e por sua participação mais ativa na defesa da democracia. Para nós, o feminismo é a conjugação desses dois elementos inseparáveis, em uma luta que nos leva a examinar mais profundamente o lado específico da opressão social que recai sobre a mulher.

ELEIÇÕES 76 ELEIÇÕES 76 ELEIÇÕES 76 ELEIÇÕES 76 ELEIÇÕES 76

COM A PALAVRA, AS CANDIDATAS

VOTAR POR QUE?

**38 milhões de eleitores
votarão no dia
15 de novembro: o que
esta eleição significa
para o povo brasileiro?**

Votar e escolher os representantes do povo é apenas um dos momentos da vida democrática. A verdadeira democracia pressupõe a existência de formas de organização autônomas e independentes na base da sociedade. É fundamental a mobilização de associações de donas de casa, associações de pais e mestres, clubes de mães, sindicatos, em torno de seus interesses específicos. E mais do que isto, é necessário que estes grupos tenham o direito de defender estes interesses no cotidiano da prática democrática.

Qual a importância das próximas eleições?

Qualquer que seja o resultado apontado pelas urnas, ninguém ignora que as próximas eleições não poderão modificar fundamentalmente a orientação política e econômica do atual governo. Os limites para mudanças significativas decorrem principalmente da existência de uma série de empecilhos à efetiva participação da população na vida política do país. Todas as medidas de exceção postas em prática a partir de 1964, entre as quais o AI-5, o decreto-lei 477 e a lei de Segurança Nacional, continuam em vigência. Ademais, o próprio sistema partidário existente, imposto pelo AI-2 que criou a obrigatoriedade de 2 partidos exclusivamente, inibe formas mais amplas de participação política. Por outro lado, o fato de se tratar de eleições de âmbito municipal também restringe o seu significado. A autonomia política e econômica dos municípios encontra-se tolhida: as verbas para os municípios dependem do governo estadual e federal, deixando as câmaras municipais e os prefeitos com poucas possibilidades orçamentárias.

Em 27 de outubro de 1965, foi decretado pelo então presidente do Brasil, Marechal Castello Branco, o Ato Institucional nº 2 que dissolveu os partidos existentes até então. Dentre estes, os principais eram: o Partido Social Democrático (PSD), fundado em 1945 por Getúlio Vargas, do qual fazia parte Juscelino Kubitschek; Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), também fundado por Getúlio Vargas em 1945, ao qual pertencia João Goulart, a União Democrática Nacional (UDN), fundada em 1947, que tinha como principais representantes o ex-governador da Guanabara, Carlos Lacerda e o ex-governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto. Foi sob a legenda da UDN que se elegeu o ex-presidente Jânio Quadros.

Em 20 de novembro de 1965, foi decretado o Ato Complementar nº 4 que favoreceu a formação de duas organizações provisórias, que se constituíram efetivamente em dezembro desse ano. Eram elas o MDB e a Arena, que se transformaram em partidos políticos definitivos em 8 de março de 1966, aceito pelo Supremo Tribunal Eleitoral.

Além disso, os eleitores não poderão eleger prefeitos nos 91 municípios considerados de interesse da segurança nacional e nas estâncias hidrominerais. Grandes centros populacionais, como São Paulo e Santos, por exemplo, são considerados áreas de segurança nacional e seus prefeitos são nomeados pelo governador do Estado. Finalmente, os limites desta eleição são dados também pelas restrições à propaganda (Lei Falcão) que fecharam o rádio e a televisão aos debates.

Por todas estas razões, o resultado eleitoral deverá ser analisado com muito cuidado. O fato de inúmeros prefeitos serem escolhidos pelo gover-



nador favorece, indiscutivelmente, o partido governantista, Arena. Além disso, o partido oposicionista — MDB — não conseguiu organizar diretórios em mais de 100 municípios do interior paulista, logo, não poderá apresentar candidatos (pois só poderão ser candidatos as pessoas regularmente inscritas nos diretórios dos 2 partidos existentes, não sendo possível uma candidatura isolada). Isso, mais uma vez, favorece o partido governista. A Arena conta com inúmeras vantagens podendo, aparentemente, conquistar um maior número de prefeituras, mesmo que no total de votos o MDB seja majoritário. Nestas condições, teria sentido dizer que a vitória da Arena seria expressão do maior apoio popular?

A opinião dos eleitores

Por ocasião da morte de Juscelino Kubitschek, muitos jornais comentaram que a saudade e a comoção demonstradas nas manifestações públicas era o tributo que o povo pagava a um ex-presidente «chefe de um governo civil que cumpriu integralmente seu mandato, governou o país dentro de um clima de liberdade, presidiu eleições livres, depois de uma campanha das mais vibrantes, com intensa, viva participação popular» (O Estado de São Paulo, 24/8/76).

Em campanhas eleitorais como aquela, em que foi eleito J.K., a participação política de grandes parcelas da população reduzia o problema da indecisão do eleitorado. Atualmente, muitos eleitores estão indecisos, pela falta de debate e participação política, além das restrições impostas pela Lei Falcão. Assim, Célia, bancária de 22 anos, diz: «não faço idéia em que vou votar. Acho que tudo é a mesma coisa. Na última hora a gente vê».

O Senador Paulo Brossard, do MDB, afirma que esta lei «é um dos mais insignes retrocessos havidos no Brasil em matéria política e é difícil se dizer o quanto prejudicará o MDB nas próximas eleições». Brossard acentua o fato

destas restrições terem sido feitas para impedir a crítica à «política oficial que não resiste a 10 dias de análise pelo rádio e televisão. Por isso a Lei Falcão estabeleceu a campanha do silêncio e criou uma cortina de ferro entre os partidos e seus candidatos e os eleitores».

Outra consequência da falta de debates e participação tem sido o aumento do número de pessoas que pretendem votar nulo. Esta, por exemplo, foi a posição adotada por estudantes, no Encontro Nacional dos Estudantes, realizado na Cidade Universitária da USP, no dia 16 de outubro passado.

Existem porém eleitores que, embora enfrentando dificuldades para escolher seu candidato, pretendem discutir os programas e votar com base neles. Julieta, 19 anos, balconista: «Quero decidir por mim mesma. Não quero votar nem no candidato da minha mãe, nem do meu pai. Eu quero defender a pessoa que acho que merece. As eleições têm importância porque a gente votando procura conhecer os candidatos. E conhecendo-os e vendo que estão do nosso lado, a gente os apoia».

Para Lúcia, constureira de 32 anos, a questão se resolveu de forma mais decisiva desde que em sua Vila foi o próprio povo quem escolheu o candidato. «É uma pessoa que se for eleita vai defender aquilo que a gente quer e não o que ele bem entender. Em junho, a gente discutiu o programa dele: o problema do saneamento, da creche, do parque infantil, das liberdades democráticas e muitos outros. Acredito que se ele ganhar, ele vai cumprir o programa porque nós todos da vila vamos lutar por sua realização».

Muitos brasileiros, assim como Lúcia e seus vizinhos, consideram as eleições como uma ocasião em que, a despeito das restrições, se pode debater sobre os problemas de sua vila e de seu país, organizar-se em função disto e reivindicar soluções.

O que pensam algumas mulheres que pretendem ser eleitas no 15 de novembro.

Almira Botelho Carneiro é candidata à reeleição pela Arena do Recife, Pernambuco. Em 1972 conseguiu se eleger com 7.200 votos, passando a ser a primeira vereadora do Recife. Começou a fazer política em 1950, como cabo eleitoral de seu irmão e de outros políticos do antigo PSD. Durante 30 anos foi funcionária pública e tem hoje 66 anos.

Sônia Maria Rainha Gonçalves é candidata pelo MDB em Osasco, onde mora há 15 anos. Casada, dois filhos, trabalha atualmente como professora de corte e costura numa igreja presbiteriana. É a mais velha de 17 irmãos; quando solteira, trabalhou como bôafria para ajudar o pai, funcionário da Sorocabana.

Nodeci Nogueira, candidata pelo MDB em São Paulo, 28 anos, nascida em Ilhéus, Bahia, cursa o último ano de Técnica de Administração. Trabalha na política há 8 anos, sempre acompanhando o trabalho do marido, o deputado Jorge Paulo. Considera-se uma vereadora sem mandato, necessitando somente oficializar-se no cargo.

Arena ou MDB: o porquê da escolha

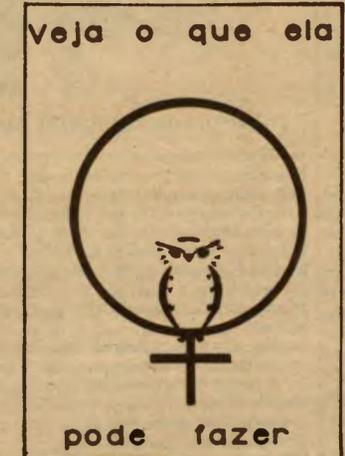
Nodeci escolheu o MDB porque: «é o partido do povo. Está na hora de estarmos no poder. São dois os partidos da Revolução e até agora só um imperou. Acho que chegou a nossa vez. O povo se identifica com o MDB porque sofre. O povo paga alugueiros altos e ganha salários baixos. Não tem comida nem para a subsistência. O governo não sente os problemas do povo porque nunca passou por eles. Só quem passou por isto é quem sabe. Eu acho que o ponto mais importante do programa do MDB é a plenitude democrática. Os nossos di-

reitos são muito poucos. De ano para ano diminuem mais. Hoje nos tiraram a condição de levar nossa palavra ao povo e o eleitorado vai acabar votando em quem é mais bonito».

Almira diz que escolheu a Arena porque é o partido do governo. «Só posso conseguir as coisas através do governo, porque eu não tenho meios. Acho muito bom o AI-5. É uma garantia da democracia. O nosso povo não pode ter muita liberdade. Abusa. O AI-5 só tira direito pra quem quer fazer anarquia. Nós somos um país católico, um país feliz. É verdade que há fome, mas não é só aqui. É no mundo inteiro. Então por causa disso eu vou renegar o meu governo?»

«Acho que a mulher brasileira deveria ser mais trabalhadora. Ainda é muito acomodada. Só pensa em se pintar, em vaidades. É muito difícil mulheres como eu». Almira acha que se a mulher tem dificuldades para vencer na vida, isto acontece por falta de empenho pessoal. «Sou a primeira e ainda a única mulher a ocupar uma cadeira na Câmara do Recife. Agora, esse negócio de movimento feminista pra mim é fantasia. A função da mulher é zelar por sua casa, por seu esposo, por sua vida social. A mulher não pode ser independente, porque toda mulher precisa do homem. E não pense que o homem gosta de mulher toda desbaratada, não».

Além de defender para Osasco um programa que inclui a melhoria dos transportes, da saúde, da educação, do lazer, do saneamento básico e do poder aquisitivo dos trabalhadores, a candidata Sônia se propõe a defender os direitos da mulher e da criança. «A família que vive em Osasco tem uma série de problemas para sobreviver. A mulher, de modo geral, tem que ajudar. E ajudar como, se tem crianças pequenas? Osasco só tem 4 creches munici-



Pela primeira vez na história de São Carlos, cidade do interior paulista com pouco mais de 100 mil habitantes, várias mulheres disputam a vereança. Com 34 anos, estudante e professora, a candidata Miriam Schiel fez um depoimento de como uma mulher casada, com filhos, conhecendo a vida política do país, se propôs a levar um trabalho junto à comunidade.

país que atendem precariamente. Parque infantil é outro problema. Então a mãe quando vai trabalhar deixa as crianças na rua, sem orientação, sem recurso, mal nutrida. Provavelmente será um futuro marginal. Existe também o problema da igualdade de salário pra homem e mulher. A mulher faz o mesmo trabalho e ganha menos só pelo fato de ser mulher. E ainda, mulher casada que não encontra trabalho porque a gravidez vai tirá-la da fábrica por alguns meses. Os problemas são muitos. Ela conclui, do povo em geral e da mulher em particular, para resolvê-los é preciso que se defenda os direitos da população, e não dos políticos».

Nós Mulheres Como encara sua participação na vida política e que dificuldades encontra como mulher?

Miriam Schiel - A atuação da mulher na vida política é uma necessidade como qualquer outra. Não vejo diferença entre o meu trabalho e o de um homem. Não vejo sentido em fazer discriminação de espécie alguma, seja ela por religião, raça ou sexo.

NM - A que você atribui a atuação da mulher na vida política?

M.S. - A mulher tem um papel político na sociedade, como qualquer cidadão. Mesmo inserida no papel tradicional de dona de casa e mãe, a mulher é a primeira a perceber os problemas fundamentais da sobrevivência, por exemplo, o custo de vida e o problema educacional.

NM - Quais são as suas propostas como vereadora pelo MDB?

M.S. - Meu programa é fundamentado na luta pelas liberdades democráticas, contra a lei de exceção, pelo respeito à declaração universal dos direitos do homem.

O programa de Miriam Schiel inclui os seguintes pontos: Problemas Comunitários - manutenção do diálogo com o povo, criação de associação de bairros e encaminhamento das reivindicações; Assistência Médico-Hospitalar - o melhor atendimento é um direito de cada contribuinte; Educação - maior objetividade nas diretrizes do ensino municipal; Atendimento Social - um direito de todos em nossa sociedade; apoio a creches, APAE, lares, asilos, etc.; Cultura - não é luxo, mas uma necessidade básica do ser humano.

NM - Tem algum ponto a ressaltar sobre sua plataforma política?

M.S. - Um de meus propósitos é apoiar a fundação de associações de amigos de bairro. A democratização real só pode ser feita a partir da conscientização pelo povo de seus próprios problemas. Enquanto você age de maneira paternalista, não haverá conscientização através da ação, ou seja, a participação ativa do povo no poder.

NM - Como você vem realizando sua campanha para as eleições?

M.S. - Eu e mais um grupo de emebistas realizamos um trabalho nos bairros, de casa em casa e nas portas de fábricas, pois com as dificuldades geradas pela Lei Falcão ficamos impossibilitados de divulgar qualquer tipo de propaganda através do rádio e TV.

O rádio, por exemplo, facilitaria este trabalho, atingindo mais facilmente donas de casa e operários, acostumados a ouvi-los. Apesar disso, esse contato pessoal está sendo muito importante, no sentido de permitir uma maior interação entre nosso grupo e o povo em geral.

ABC DOS ELEITORES

«O votar, e o votar corretamente, dentro das normas da lei eleitoral, é tão importante como o rezar».

Por isso, e com o intuito de explicar o que é a lei eleitoral, os Bispos do Ceará publicaram um pequeno e esclarecedor manual sobre as próximas eleições de 15 de novembro.

Sugerindo que cada ponto abordado pelo manual seja discutido em grupo e baseando-se no Código Eleitoral, o trabalho procura prevenir o eleitor menos avisado sobre os direitos e deveres de todo o brasileiro maior de 18 anos e alfabetizado.

Sob o título «O povo é livre — quem diz é a lei», mostra-se, num dos cinco capítulos que compõem o livreto, que é proibido descobrir o voto e que ninguém pode obrigar o eleitor a dizer em quem vai votar. Nem mesmo o marido em relação à mulher, o pai com relação ao filho e muito menos patrão com relação ao empregado.

Mostra também que a ameaça ao eleitor, a compra do voto — seja com dinheiro, remédio ou promessa de vantagens — pode dar cadeia e que quem for vítima desse tipo de chantagem deve denunciar o fato ao Tribunal Regional Eleitoral.

No que diz respeito à campanha eleitoral é explicado que a ofensa a um candidato ou a um partido, seja por chamá-lo de ladrão ou subversivo, pode dar pena de dois meses a um ano de cadeia, bastando para isso que o ofendido recorra à justiça eleitoral.

Os Bispos lembram, oportunamente, que a responsabilidade de cada pessoa não termina com o voto e que as promessas feitas pelos candidatos devem ser cobradas sempre. Recomendam, nesse sentido, que as pessoas se reúnam com frequência, que tomem conhecimento dos problemas de sua região e que ajam concretamente para resolvê-los. Explicam que o poder é para servir e que é por isso que existem as leis, o direito. É do direito que nasce o poder e toda pessoa é igual diante da lei, não sendo permitido a nenhuma autoridade passar por cima dela. Enfim, o sentido principal do manual é o de mostrar que o eleitor é livre para manifestar sua vontade e que não se deve admitir nenhuma pressão que contrarie esse direito. Que quem se atemoriza diante das urnas, quem não segue o que sua consciência manda na hora de votar, nada mais faz do que perpetuar o medo e as injustiças. O que todos devem ter em mente — sempre — é que a lei foi criada exatamente para não permitir que a autoridade faça o que bem entender e sim aquilo que signifique defender o bem do povo todo.

Vote pois, sem medo.

Terezinha Zerbini

Terezinha Zerbini, líder do Movimento Feminino pela Anistia, 48 anos, advogada, mãe de dois filhos, nos fala sobre a luta das mulheres nesse movimento.

Nós Mulheres — Como surgiu a idéia de formar o Movimento Feminino pela Anistia?

Zerbini — Já há um certo tempo, mulheres de várias profissões e idades se preocupavam em São Paulo com o problema de anistia. Entretanto, até 1975 anistia era tabú. Por isso, nosso mérito foi aproveitar o Ano

ANISTIA



movimento feminino pela anistia

Internacional da Mulher para cumprir nosso objetivo. Resolvemos assim, comemorar este ano trabalhando pela anistia, que é uma necessidade emergencial do país. Em março daquele ano, resolvemos nos reunir e no dia 13 de Abril, fizemos a fundação do Movimento. Foi tirada uma comissão provisória e o Manifesto da Mulher Brasileira em favor da anistia. Nessa ocasião, fui credenciada para ser a representante oficial do Movimento no México. Lá, apresentei uma moção pedindo anistia para todos os presos políticos do mundo. Era uma platéia de mais de 5.000 pessoas e fui aplaudida de pé durante mais de 3 minutos.

A partir daí apareceram forças que se juntaram a nós. Formamos grupos de mulheres em outros Estados que se identificavam com nossa luta. Hoje, somos um movimento institucionalizado.

NM — O que tem feito o Movimento durante este primeiro ano de trabalho?

TZ — A Anistia tem trabalhado dentro da ordem e da lei. O Manifesto da Mulher Brasileira, elaborado no ano passado e assinado por 12.000 mulheres, foi levado às lideranças do Senado e da Câmara. A liderança que mais se sensibilizou pelo nosso trabalho foi a do MDB, mesmo porque, a anistia faz parte de seu programa. No dia 14 de agosto de 1975, o documento foi lido pelo senador Franco Montoro, que fez inclusive uma complementação, dizendo que: lutar

«Ou procuramos urgentemente uma nova alternativa ou seremos esmagados sem piedade. Para isto, precisamos de uma abertura democrática irrestrita que pressupõe um perdão geral para todos os brasileiros, de molde a criar condições para uma verdadeira união nacional (...) é indispensável que se restabeleça a soberania popular e que se trate, urgentemente, de restaurar a ordem constitucional no País. Pois só assim o governo contará com o respaldo popular necessário para se libertar dos grilhões que o prendem e o impedem de encontrar novas alternativas para o Brasil».

Senador Teotônio Vilela (Arena-AL). Tirado de «O Estado de São Paulo» - 27/10/76).

pela anistia é dever de todo democrata e uma exigência do bem comum. Ele disse que enviaria nosso documento ao Ministro da Justiça para que ele tomasse as medidas de sua competência. Ora, um ano se passou e ninguém tomou nenhuma atitude. Por isso voltamos este ano a apresentar o documento, com mais assinaturas, às lideranças e à presidência da República.

O Movimento pela Anistia, não é um movimento assistencial, mas sim político. Para tanto, pedimos apoio à organizações, associações, etc... Hoje, já contamos com o apoio público da ABI (Associação Brasileira de Imprensa), CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), Diretórios de Estudantes, SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência); assim como personalidades como Alceu Amoroso Lima, Barbosa Lima Sobrinho, Dom Paulo Evaristo Arns, etc...

NM — Em que a luta pode ajudar para a emancipação da mulher?

TZ — Primeiramente, a mulher precisa tomar consciência dos seus direitos de cidadã, pois esses direitos, significam a liberdade necessária para ela se organizar e lutar por coisas básicas, como creche por exemplo, que é uma das condições necessárias para que a mulher possa trabalhar fora e adquirir sua independência econômica. Não existe liberdade sem emancipação econômica. É a mesma coisa para um país.

NM — Você acha possível a concessão da anistia no Brasil hoje?

TZ — O presidente Geisel disse, quando viajava para Kioto, no trem bala, que não daria anistia porque seria assumir um risco muito grande. Porém, a anistia sempre levou à concórdia, não ao contrário. Quem sabe se o presidente olhar as coisas por outro ângulo, tudo se torne diferente. Compete a nós mostrar a ele esse novo lado.

NM — O presidente disse também que era difícil ter uma democracia plena em um país subdesenvolvido. O que você acha?

TZ — Respeito a posição dele, mas não estou de acordo, porque, a Alemanha Ocidental, que foi arrasada pela guerra, se ergueu sob uma democracia. Para suplantar a crise econômica que vivemos, acho que a saída é a redemocratização. A Anistia daria a oportunidade para que todos juntos pudéssemos dar as diretrizes econômicas do nosso país e juntos sairmos desta situação. Se a pátria é a união de todos, cabe a todos decidir sobre o destino da nação.

NM — Quer dizer que para você anistia tem um sentido mais amplo?

TX — Sim. Estou falando na verdade da conquista de uma liberdade mais ampla. A Anistia é a subida de um degrau. Quero que fique bem claro que qualquer projeto consequente de redemocratização, tem que começar por ela.

ESCRITA

Desejo assinar Escrita a partir do n.º

() por um ano (Cr\$ 140,00)

() por seis meses (Cr\$ 70,00)

Solicito o envio dos seguintes n.ºs atrasados, gratuitamente:

(três para assinatura anual, dois para semestral)

Nome:

Endereço:

Cidade: CEP:

Estado:

ATENÇÃO

Segue vale postal () / cheque visado () para Vertente Editora Ltda. - Rua Monte Alegre, 1434 Fone: 82-3699 - 05014 - São Paulo (SP)

LEIA

IPASQUIM

DIVULGUE e DISCUTA

BRASIL MULHER

ASSINE

MOVIMENTO

VERSUS?

JIMMY CARTER

por

Fernando Henrique Cardoso

Aqui, alguns fatos sobre a opressão da mulher e nossa luta pela emancipação. Fatos que são a história de cada uma de

nós e formam a nossa:

MEMÓRIA

Num longo processo histórico, que se perde no tempo, a comunidade humana foi aos poucos produzindo mais do que aquilo que necessitava para sobreviver. Alimentos, armas e ferramentas foram sendo acumulados, transformando-se em riquezas. E parece começar aqui a necessidade da mulher ser «aprimorada»: para que se pudesse garantir a paternidade, garantindo-se dessa forma o herdeiro.

A questão da opressão da mulher parece estar ligada, assim, a seu papel na continuação da espécie. Ela passou a ser considerada o meio através do qual se obtém a criança, herdeiro das riquezas acumuladas e, ao mesmo tempo, a mão-de-obra futura que dará continuidade ao processo de acumulação de riqueza. Essa parece ser uma das razões porque a mulher tem sido, historicamente, impedida de participar da vida política da comunidade.

**«Um punhadinho de lã se fosse menina,
Uma coroa de folhas de oliveira se fosse menino»**

A maneira como a sociedade da Grécia antiga se organizava deixa entrever com certa clareza esse princípio de dominação da mulher. A mulher grega era colocada no gineceu, parte da moradia destinada à vida particular, junto com as crianças, os alimentos e os bens mais preciosos. Junto com os escravos e estrangeiros ela é considerada militarmente incapaz e, portanto, indigna da participação na vida política. Suas tarefas eram lavar, tecer, fiar, costurar, cuidar dos escravos doentes, educar as crianças pequenas. Aos sete anos, o menino é confiado a um «gramático», e a menina não recebe outros ensinamentos senão aqueles que mãe lhe transmite.

A mulher grega não podia herdar, e assim os bens se mantinham sempre nas mãos dos homens da família. A mulher tinha que ter sempre um tutor, primeiro seu pai, depois o marido, depois o filho mais velho, depois outro parente, sozinha não podia exercer nenhum ato jurídico.

Finalmente, a divisão entre «esposas» e «prostitutas» já existia na Grécia: insatisfeito, o homem poderia trazer para o gineceu uma mulher que era treinada especialmente para esse tipo de comércio.

As classes populares, a mulher do meteco, a escrava

A casa da ateniense modesta é muito pequena para comportar um gineceu, e a necessidade a obriga a trabalhar: ela fia e tece para fora, como mostram pinturas em vasos da época. Fabrica roupas e cultiva legumes, que vende no mercado local. É taberneira e hoteleira, funções menos consideradas.

A mulher do meteco-estrangeiro que mora na «polis» (cidade grega) e exerce o comércio, a indústria e profissões liberais — é iniciada em várias funções. Ela pode ser tecelã, costureira, padeira, sapateira.

As escravas trabalham principalmente em casas particulares, mas também nas minas de ouro e ferro. Elas transportam o minério do local de extração até a saída da mina, enfrentando condições de trabalho insalubres e jornada de dez horas.

A presença da mulher é muito forte na vida religiosa grega, assim como na medicina e sabedoria popular.

«Há que aludir, ademais, a certas mulheres criminosas, que convertidas a Satã, seduzidas pelas ilusões e fantasmas do demônio, creem e professam que durante a noite, com Diana, deusa dos pagãos, (...) e inumerável multidão de mulheres, cavalgam sobre certas bestas e atravessam os espaços na calma noturna, obedecendo como as de uma dona absoluta». (Concílio de Ancyra, ano 314)

A formação do mundo medieval está estreitamente ligada à introdução do Cristianismo. Essa é uma época de lutas pelo poder, anarquia política, invasões, devastação e miséria, em que a sociedade passa a ser regulada por leis religiosas.



A grande riqueza é a terra, e a Igreja, ao lado de outros senhores feudais, possui grandes propriedades (senhor feudal é o senhor de terras na Idade Média). Nessas terras vivem os camponeses e suas famílias, em regime de servidão, adquirido por herança. Eles trabalham nas terras do senhor feudal, em troca de proteção e do direito de cultivar para sua subsistência e de seus familiares. A mulher do servo, além de ajudar no trabalho da terra, deve ainda ao senhor a obrigação de fiar e tecer uma certa quantidade de tecido.

O mundo medieval é opressivo à maioria do povo. Desta condição de miséria, que recaía mais pesadamente sobre a mulher, confinada nos conventos, sem qualquer direito político e subjugada ao pai e marido, nasce o fenômeno considerado por alguns historiadores como a maior doença social do Ocidente: o episódio da «bruxaria», da perseguição e torturas praticadas em seu nome.

Para o povo, o «demônio» seria o recurso contra as misérias de que Deus não tinha piedade. Para a «feiticeira», seria o meio para livrá-la da escravidão a que sua condição feminina a condenava. Como verdadeira epidemia, atacava-se os acusados de bruxaria. Mulheres, sábios, alquimistas e revolucionários como Galileu e Giordano Bruno.

As torturas impingidas faziam os acusados relatarem feitos fantásticos e absurdos, como desejassem juizes e teólogos. Estes, para justificar os horrores praticados, apoiavam-se no versículo 18 do capítulo XXII do Êxodo: «à feiticeira não deixará viver», comentado com frases como «as mulheres são dadas à feitiçaria; quanto mais mulheres, mais feitiçarias; a maioria das mulheres são feiticeiras.» Os ecos destas palavras são ouvidos até hoje em nossa sociedade.

Nossos tempos

As idéias de igualdade, liberdade e fraternidade, consagradas na Revolução Francesa de 1789, abrem caminho para o aparecimento de grupo de mulheres que participam cada vez mais ativamente na sociedade. São mulheres que vivem e trabalham de forma diferente das mulheres da Idade Média e épocas anteriores. Vivem o momento da industrialização que, entre outras coisas, faz com que várias pessoas trabalhem juntas sob um mesmo teto, aumentando a participação dos trabalhadores em geral.

Neste clima, as mulheres também são chamadas ao

trabalho industrial e têm a oportunidade de, pela primeira vez na história, descobrir que a opressão que sofrem não acontecem apenas a uma ou outra mulher, mas a todas, enquanto mulheres e enquanto trabalhadoras. Descubram juntas que estão marginalizadas de tudo o que está acontecendo e vão, juntas, ganhando consciência de seus problemas.

Assim, as conquistas das lutas por elas travadas se sucedem, ganhando corpo em todo o mundo:

- 1840 — E.U.A - Lucrecia Mott lança as bases da Equal Rights Association para a defesa da mulher e dos negros.
- 1857 — E.U.A. - Greve de operárias das indústrias têxtil e de confecção, no dia 8 de março pela igualdade de salários e pela redução da jornada de trabalho para 10 horas.
- 1868 — Reino Unido - Criação da Sociedade Nacional pelo Sufrágio Feminino.
- 1888 — EUA - Susan B. Anthony funda o Conselho Nacional de Mulheres. Em Washington é fundado o Conselho Internacional de Mulheres por organizações feministas da Europa e Estados Unidos.
- 1905 — Reino Unido - Comício Feminista em Manchester; Annie Kenny e Christa Bel Pankhurst são presas.
- 1908 — Reino Unido - Criação da Liga pela liberdade da Mulher. Manifestação Feminista no Royal Albert Hall e Hyde Park. Emmeline e Christa Bel Pankhurst, militantes feministas, são presas ao promover um comício em Trafalgar Square.
- 1910 — Dinamarca - Clara Zetkin propõe que 8 de Março seja escolhido o Dia Internacional da Mulher, em comemoração da greve das operárias têxteis de Nova Iorque.
- 1913 — Alemanha, Austria, Suíça e Dinamarca - Nas comemorações do Dia Internacional da Mulher é reclamado o direito de votar e ser votadas.
- 1917 — Holanda e Rússia - Direito de voto para as mulheres.
- 1918 — Reino Unido - As mulheres com mais de 30 anos podem votar e ser votadas para o Parlamento. União Soviética - Na primeira Constituição Soviética é estabelecida a igualdade de homens e mulheres na vida econômica, política e cultural.
- 1920 — EUA - As mulheres votam em todos os Estados.
- 1923 — América Latina - É aprovada, a 26 de abril, pela 5ª Conferência dos Estados Americanos, reunida em Santiago do Chile, a resolução sobre Direitos da Mulher.
- 1928 — América Latina - É criada a Comissão Interamericana de Mulheres, por ocasião da 6ª Conferência dos Estados Unidos Americanos, realizada em Havana.
- 1934 — Brasil - O voto feminino é conquistado em todo o País. França - Realiza-se em Paris um Congresso Internacional de Mulheres, contra o fascismo e a guerra.
- 1945 — França e Itália - Direito do voto para as mulheres.
- 1951 — O.I.T. - Aprovada pela a Convenção de Igualdade de Remuneração entre Trabalho Masculino e Trabalho feminino.
- 1952 — Nações Unidas - A Assembléia Geral aprova, por grande maioria, a Convenção sobre os direitos políticos da mulher.
- 1961 — Paraguai - A mulher adquire direito de voto que já exercido em toda a América Latina.
- 1971 — Suíça - As mulheres conquistaram direito de voto.
- 1975 — Nações Unidas - Ano Internacional da Mulher. Cuba - O Código da Família, de 8 de Março, obriga os maridos a ajudar as esposas nas tarefas domésticas.

com dinheiro na mão sem dinheiro na bolsa

Seis horas diárias de trabalho e uma hierarquia de cargos que aparentemente permite o acesso aos postos de chefia a todos. Mas, na realidade, são estas as verdadeiras condições que enfrentam as bancárias em seu trabalho?

Pesquisando em vários Bancos e entrevistando suas funcionárias, Nós Mulheres chegou às seguintes conclusões:

1) Discriminação contra as mulheres casadas

Nos bancos, assim como em outros setores de trabalho, as mulheres casadas dificilmente são admitidas. Isto porque «a mulher casada é considerada mão de obra dispendiosa e não há garantia de serviços contínuos se, por exemplo, estiver grávida», explica Maria do Carmo, bancária há 4 anos. Além disso, para evitar que funcionárias solteiras se casem e queiram continuar trabalhando, muitos bancos costumam obrigar a funcionária a assinar um compromisso de que pedirá demissão caso resolva se casar.

2) Menores salários e ilegalidades no pagamento das horas extras

— A mulher bancária, como a mulher de outras profissões, ganha pelo mesmo trabalho um salário inferior ao do homem. O Banco do Brasil é um dos poucos em que esta diferença não existe. A jornada de trabalho termina sendo de 8 horas diárias porque «pelo contrato, nós mulheres deveríamos trabalhar 6 horas por dia registradas, mais 2 horas na parte da manhã contadas como «horas extras», diz Nazaré, funcionária de um banco japonês. «Mas na verdade isto vai de encontro às leis trabalhistas, que dizem ser de meio período a jornada de trabalho dos bancários», lembra Maria do Carmo, e acrescenta: «No entanto existem funcionárias que trabalham até 12 horas por dia para aumentar o salário e acho que não se pode impedi-las. O problema está em que estas horas extras não são computadas para o FGTS e INPS. Por isso, é necessária uma maior fiscalização por parte do Ministério do Trabalho e um salário melhor, pois o excesso de horas

extras, muitas vezes, é solicitado pelo próprio funcionário, carente de recursos».

3) A quase impossível escala aos postos de chefia

Normalmente, para entrar num banco, as pessoas devem prestar concurso e, se forem aprovadas, começam como auxiliar de escrita. O cargo imediatamente superior é o de escriturário que, na prática, não difere muito do auxiliar. A diferença está no salário, depois começam os cargos de chefia: chefe de seção, de setor, de divisão, sub-gerente e gerente. Dentro desta hierarquia de cargos, a mulher na maior parte dos casos, só chega a ser escriturária. A principal razão para isto está no preconceito segundo o qual as mulheres não têm condições de assumir cargos de maior responsabilidade. «Além disso, lembra Nazaré, pela mentalidade do Banco já é difícil para os homens almejam cargos de chefia; agora, nós mulheres, então, nem devemos cogitar! A mulher é recepcionista, secretária, escriturária ou trabalha em arquivo. Cargos de chefia ela só pega no departamento pessoal porque eles acham que lá precisa de alguém com muita paciência. Caixa já ganha remuneração maior e só de uns anos para cá é que estão começando a colocar mulher como caixa, acho que por ser um trabalho que requer muita atenção, muito cansativo e que dá neurose. Se houver algum problema o caixa tem que botar dinheiro do próprio bolso.

4) A boa aparência também é exigida

Na minha agência, conta uma funcionária do Banco do Brasil, as mulheres que trabalham com público têm que ir penteadas, pintadas e arrumadas, pois os chefes exigem muita aparência. O problema é que ninguém recebe mais por isto. A mulher ganha um salário baixo e ainda tem que gastar com apresentação. Eles deviam dar um auxílio, ao menos. Porque não é possível gastar dinheiro com roupa bonita com o salário que a gente ganha».

5) A dupla jornada de trabalho e a falta de creches

A dupla jornada de trabalho — o trabalho no banco e o trabalho doméstico — é motivo de queixa para todas as mulheres. E evidente que a mulher casada tem mais trabalho para fazer em casa, mas as solteiras também têm de fazê-lo! «Meus pais vivem exigindo que eu faça o jantar, tire a mesa, lave a louça, enquanto meu irmão, que só estuda, fica olhando televisão», conta Nazaré. «Não me sobra tempo para leitura ou cinema. O justo seria o trabalho doméstico

ser repartido entre todos, assim ninguém ficava sobrecarregado».

Por outro lado, no caso das mulheres com filhos pequenos o problema é agravado pela falta de creches. Mesmo no caso do Banco de Boston, único banco privado que tem creche, o problema não se resolve; está situado no centro da cidade, enquanto sua creche fica em Itapeverica da Serra. Quanto ao Banco do Brasil, as funcionárias contam que ele tem como costume, para maior segurança, comprar terrenos e casas que fiquem em volta das agências. Nestes terrenos são construídos estacionamentos, piscinas etc. Só não se lembram das creches e isto mesmo quando fica uma casa vazia.

Já no caso da Caixa Econômica, as funcionárias através de uma pesquisa e de um abaixo-assinado, conseguiram obter uma creche com capacidade para 80 crianças.

6) A luta pelos direitos das bancárias

A equiparação salarial (isto é, iguais salários para iguais trabalhos) e a possibilidade de ascensão profissional são as duas principais reivindicações das bancárias, casadas ou solteiras. Além disso, a criação de creches constitui uma grande necessidade para as funcionárias com filhos. No intuito de resolver estes problemas algumas bancárias começaram a se reunir no Sindicato da categoria. E como observa Maria do Carmo, este foi o primeiro passo. «Estamos tentando agora formar uma comissão de mulheres através do sindicato. As mulheres participam menos do Sindicato do que os homens e uma das coisas que nós estamos querendo com esta comissão é trazer a mulher para lutar mais pelos seus direitos».



E O FEIJÃO SUMIU...

O feijão foi a Cr\$ 20,00. Em todas as grandes cidades brasileiras, a população observa com espanto o preço de seu produto alimentar básico disparar, a tal ponto que hoje, uma pessoa que ganha salário mínimo, necessita de mais de quatro horas de trabalho, para comprar um quilo de feijão. No Rio houve grandes filas, brigas, intervenção policial, e o feijão virou manchete de jornal.

Neste momento aparecem as explicações. É a inflação, afirmam uns. Foi o mau tempo, insistem outros. Aliás, por incrível que pareça, o mau tempo foi o grande responsável pela crise, segundo as principais autoridades agrícolas do país. «Não foi nossa culpa, argumentam, São Pedro não ajudou».

O que é a especulação?

Desde que surgiu a crise, os jornais noticiaram a descoberta de estoques clandestinos de feijão. A toda hora descobria-se comerciantes desonestos que estavam guardando feijão para provocar a alta dos preços. Estes comerciantes fazem parte do círculo vicioso da especulação.

Mas o que é precisamente a especulação?

O feijão pelo qual o consumidor está pagando Cr\$ 20,00, custa no atacado, Cr\$ 14,00. Mas, este feijão foi vendido pelo produtor a Cr\$ 2,50 ou Cr\$ 3,00. A diferença entre o que o consumidor paga e o que o

produtor recebe é o custo da intermediação, ou especulação.

Mesmo se a chuva atrapalhou os lavradores do Sul e se a seca prejudicou os do Nordeste, o fator básico e decisivo na elevação dos preços do feijão foi a especulação, foram os altos lucros que alguns grandes comerciantes desonestos ganharam em cima da carestia da vida.

Como age o especulador?

Quem planta feijão, em geral, são pequenos produtores. Quando eles colhem o produto, precisam vendê-lo com urgência para pagar as dívidas contraídas para a compra de sementes, adubo etc. De um lado, então, aparecem milhares de pequenos produtores precisando vender feijão. Do outro, os grandes comerciantes que compram feijão por um preço baixíssimo, uma vez que os produtores fazem concorrência entre si.

Mas, esses comerciantes não jogam o produto no mercado para ser consumido. Ao contrário, eles somem com o feijão, formam estoques que contribuem para o aumento dos preços. A partir daí, eles vão soltando o feijão no comércio pouco a pouco. Assim, como os preços vão subindo, com uma pequena quantidade de feijão, eles têm grandes lucros. Um pouco antes da nova colheita entrar, eles lançam uma quantidade maior de feijão no mercado, para aproveitar a situação de alta. Isto aconteceu agora nas últimas semanas de outubro.

O preço do feijão caiu no atacado cerca de 20% (sem que o preço no varejo tenha diminuído), porque os especuladores começaram a «desovar», isto é, a soltar os estoques. E esta é mais uma prova de que esses estoques existem e em grandes quantidades.

O que pode ser feito?

A ação dos especuladores é uma fatalidade?

Não, pois a comercialização do feijão não precisa submeter-se à sede de lucro dos comerciantes inescrupulosos.

1 — **Mobilizar a população contra a especulação.** Se nestas últimas semanas de outubro, fosse feita uma campanha para que a população não comprasse feijão durante três ou quatro dias (passando a consumir lentilha ou qualquer outro substitutivo), os especuladores seriam obrigados a soltar seus estoques e o preço cairia novamente. Isto não seria ferir os hábitos alimentares do povo, mas lutar para que eles possam ser satisfeitos a um preço razoável. Uma mobilização deste tipo poderia ser feita através da imprensa, dos sindicatos, das Sociedades Amigos de Bairro, Clubes de Mães, etc.

2 — **Proteger o pequeno produtor contra a especulação.** Na época da colheita o governo poderia comprar o produto do lavrador, a um preço compensador. Se os especuladores estocassem o produto, o governo soltaria o feijão de seus próprios estoques no mercado, impedindo o aumento dos preços.

Portanto, a luta contra a carestia passa essencialmente pela mobilização da população contra os especuladores e pela defesa do pequeno agricultor, que é responsável pela maior parte do abastecimento alimentar das cidades brasileiras.

A mulher no Teatro: LEILAH ASSUNÇÃO

Leilah Assunção, 32 anos, solteira, interiorana de Botucatu, SP, ex-manequim profissional, é hoje autora de peças teatrais de sucesso, como RODA COR DE RODA, que esteve em cartaz este ano no Teatro Aliança Francesa. Alta, magra, rosto marcante, cabelos longos e negros, é uma mulher muito expressiva. Na pequena sala de seu apartamento, com pouca mobília e vários objetos feitos por ela, Leilah foi entrevistada por NM. Acessível, gesticulando muito, e entusiasmada, falou de seu trabalho no teatro e sobre a emancipação da mulher.



Começou no teatro ainda criança, em Botucatu, onde fazia um pouco de tudo: escrevia, dirigia e era atriz. Mais tarde, em São Paulo, formou-se em Pedagogia, mas não quis exercer a profissão. Ao mesmo tempo, querendo tornar-se independente, foi trabalhar como manequim de costureiros famosos. E por quatro anos desfilou nas passarelas das capitais do Brasil. Em 1969, Leilah voltou ao teatro e desta vez não como atriz (seus trabalhos como atriz foram em VEREDA DA SALVAÇÃO e ÓPERA DOS TRÊS VINTÊNS) mas como autora. Uniu assim, seu amor pelo teatro e seu talento como escritora. Sua primeira peça montada — FALA BAIXO SENÃO EU GRITO — em 69, inspirou-se num conto que ela escreveu na adolescência, «e daí prá frente as coisas deram certo». Depois montou JORGINHO O MACHÃO; AMANHÃ, AMÉLIA, DE MANHÃ, e RODA COR DE RODA. Ao lado disso, escreveu também uma novela, VENHA VER O SOL NA ESTRADA, e dois especiais para a T.V. Globo.

Corta não corta, libera não libera

Leilah sempre enfrentou problemas com a censura. O FALA BAIXO SENÃO EU GRITO foi proibida quando vinha sendo encenada há vários meses com sucesso. «Eu ganhei vários prêmios com essa peça e mesmo assim a censura proibiu. Fui à Brasília e consegui liberar com alguns cortes. Ai, mandei JORGINHO O MACHÃO, que também foi proibida e depois liberada com alguns cortes. Quando eu digo alguns cortes, quero dizer palavrões, porque quando a censura prejudica a peça, eu não deixo montar. A terceira peça que mandei prá censura foi A FEIRA (ou USE PÓ DE ARROZ GLU GLU) que se passa na FENIT e na Feira da Bondade. Esta, foi proibida e nunca liberada. Ai, eu fui prá Europa, porque estava cheia dessa vida de corta não corta, libera não libera. Quando voltei, vim disposta a brigar dentro das regras do jogo e escrevi AMANHÃ, AMÉLIA, DE MANHÃ. Mandei para a censura achando que a peça não ia ter

problema nenhum. Ai, a estréia foi marcada e um dia antes chegou a resposta: PROIBIDA. Foi um bafafá, a peça não foi liberada inteira e ficou um caco. Mas como a produção não era minha, eu não tinha cara de proibir a estréia. O produtor tinha colocado muito dinheiro nela e eu fui obrigada a deixar montar. A peça ficou um horror...» «Ai eu decidi continuar a personagem Amélia numa outra peça — RODA COR DE RODA — porque eu morro se não levo um personagem até o fim». Mandou prá censura e... novamente proibida. Brigou durante um ano, indo e vindo de Brasília e conseguiu liberar a peça por insistência». RODA COR DE RODA foi um sucesso. Porém seu trabalho não parou aí. Continua escrevendo, e sua nova peça conta a estória de uma mulher que espera um filho que não é do rei, num país onde todas as mulheres só têm filhos do rei. Ela luta para ter esse filho contra tudo e contra todos. «Essa mulher é uma mulher, mas é também o Terceiro Mundo», afirma Leilah que, de forma otimista, mais uma vez enfrentará a censura, entrando no jogo do corta não corta, do libera não libera.

Estou assumindo cada vez mais o fato de ser mulher

Leilah quando começou a escrever, nem sabia o que era feminismo. Mas hoje, revendo seu trabalho, percebeu que desde criança já era feminista e que suas primeiras angústias vinham do fato de ser mulher. «Eu me lembro que era criança e achava esquisito porque todo mundo me mandava falar baixo e sentar de perna fechada, e para o meu irmão diziam: — sai, vai, fala, dá seu palpite —. E eu não entendia porque..., então eu já era feminista, porque nunca aceitei isso». Antigamente, diz ela, «o feminismo era ridicularizado, mas hoje os homens o respeitam porque têm medo dele». Faz questão de dizer que suas peças não devem ser rotuladas. São feministas, mas não só feministas, porque obra de arte não se rotula. «A

importância de seu trabalho, é que ele conscientiza a mulher de sua situação nesta sociedade. «A gente chega prá mulher e diz: — Olha, você é reprimida, você é explorada». Para ela isto é muito importante, porque, em geral, o teatro sempre focalizou o homem. «São sempre personagens masculinos, ou então personagens femininos, vistos pelo homem». NA RODA COR DE RODA, não é o homem que é herói, mas a mulher, Amélia, que é a heroína. Leilah conta que os homens reclamaram muito e ele respondia: «eu cito cem peças onde o personagem masculino é o herói e a mulher é ridicularizada, sendo que eu não ridicularizo o homem». A cena da RODA que mais desagradou aos homens, conta ela, é quando Orlando (o marido) fica em casa bordando e esperando a mulher. Os homens disseram que a cena é ridícula e ela respondeu: «se fôsse uma mulher dizendo o mesmo texto, você nunca ia achar ridículo, porque é normal. Agora, se é a mulher que fica esperando o homem, porque o homem não pode ficar esperando a mulher?».

Em suas peças Leilah procura enfatizar os problemas da mulher da classe média urbana: uma mulher alienada, sem consciência de sua situação. A partir desse retrato, ela procura desenvolver um trabalho de conscientização e afirma: «ser feminista não é lutar contra os homens, é lutar com eles. Pensar em liberação da mulher, é pensar em liberação de toda a sociedade».

O «Mundo Melhor» de Leilah

Na peça RODA COR DE RODA, a intenção da autora foi passar para o público «a crença numa utopia, a pretensão de um mundo melhor, de gente melhor. Eu acho que se você não acredita numa utopia, você não pode fazer nada. Eu acredito, senão não estaria fazendo peças. Vocês também acreditam, senão não estariam me entrevistando e fazendo um jornal. Se você acredita em alguma coisa, você está acreditando numa utopia».

RETALHOS

Os 6 grupos de alimentos

Uma maneira prática para conseguir uma alimentação equilibrada é a de se conhecer os 6 grupos em que se dividem os alimentos e comer, todos os dias, um alimento de cada grupo.

O 1º grupo é o do leite, leite em pó, queijos, etc.

O 2º grupo é o das carnes, miúdos, ovos, feijões e soja.

Estes dois grupos são chamados *Construtores*, pois servem para renovar o nosso corpo.

O 3º grupo é o das verduras, como cenoura, rabanete e alface.

O 4º grupo é o das frutas: banana, laranja e mamão. Estes são chamados grupos *Reguladores*: regulam o funcionamento do corpo, por exemplo, olhos e sistema nervoso.

O 5º grupo é formado por: arroz, milho, fubá e mandioca. E o último, o 6º grupo, são as gorduras, óleos, manteiga. Estes que dão calor ao corpo, são chamados *Energéticos*.

Uma pessoa bem alimentada não é aquela que come demais e sim aquela que come a quantidade



certa destes 6 tipos de alimentos. É evidente que quanto maior for a atividade física da pessoa (quanto mais pesado for o trabalho) maior quantidade de alimentos será necessário para compensar o desgaste físico.

Do que nosso corpo precisa?

Poucas pessoas sabem que nosso corpo é composto por água (64%), proteínas (20%), gorduras (10%), sais minerais (5%) e hidratos de carbono (1%). Isto quer dizer que uma pessoa que pesa 70 quilos se perder toda a água que tem no seu corpo ficará reduzida a 25 quilos! A grande importância da água para o corpo humano faz com que ela possa ser considerada o mais fundamental dos alimentos: uma pessoa adulta deve beber ao menos um litro de água, no mínimo, todos os dias. Porém a comida anda cara, e nem só de água pode viver o homem. É por isso que uma pessoa que esteja gozando de boa saúde e queira continuar assim, deve todos os dias, garantir uma certa dose de outros elementos (como proteínas, gorduras,

etc.) comendo diversos tipos de alimentos.

O que devemos comer e porque

Proteínas: são essenciais para o crescimento e a conservação do corpo podendo ser encontradas no leite, nos ovos, na carnes, etc. A falta de proteínas é muito grave principalmente para as crianças pequenas que podem ter um menor desenvolvimento físico e mental de forma irreparável. Vitaminas e sais minerais: ajudam a regular e proteger nosso corpo, sendo encontrados nas frutas e verduras. A vitamina A (cenoura, couve, etc.) é importante para a saúde dos olhos pele e cabelos. Quando uma pessoa não consome a quantidade necessária de vitamina A, por exemplo, ela pode ter doenças na vista e mesmo ficar parcialmente cega.

Hidratos de carbono e gorduras: podem ser encontradas nas massas e farinhas, no arroz, no açúcar, no óleo, manteiga, margarina, etc. Estes alimentos fornecem energia ao nosso corpo, sendo que a gordura é a grande fornecedora de calorias.

CARTAS

«Eu Maria Nila B. de Freitas, 49 anos. Sou nortista, casada e tenho filhos. Depois de 30 anos de luta de roça, de comércio, tivemos muito prejuízo, talvez por causa da seca que existe no Nordeste. E nós em casa, tomamos uma atitude de sair de nossa terra à procura da cidade grande que é São Paulo. Resultado: meu marido não pode mais trabalhar na fábrica pois se acha com os nervos abalados, está na Caixa. Eu trabalhei três anos num seminário. Lá eu lavava, passava, cozinava, corria tanto que peguei uma friagem. Fiquei doente, tive que me operar. Três meses depois o chefe me dispensou. tentei entrar na Caixa e não consegui. É dura esta vida! A estas mulheres jornalistas meus elogios pelo trabalho prestado nos bairros da periferia. Com a continuação do jornalzinho peço às amigas que façam um apelo ao governador, afim de que ele dê uma chance práas mulheres idosas que não podem trabalhar nas fábricas. Nós mulheres trabalhamos diariamente sem ordenado nenhum, e olhe tem sempre alguém que nos xinga de preguiçosas. Vamos em frente lutando pelo Jornal Nós Mulheres». - SP

Ai está o apelo ao governador e a todos os que se interessam pelo problema dos idosos. Sabemos muito bem Maria Nila, que tanto a mulher quanto o homem, depois que atingem determinada idade não são mais aceitos para trabalhar. Então o que vemos é, de um lado, aposentados em boa forma, que podem trabalhar, sem emprego e abandonados por ai. De outro lado, homens e mulheres idosos, que precisam trabalhar para garantir sua sobrevivência, sem perspectiva nenhuma. Você já ouviu falar do Movimento pró-Idosos? Trata-se de grupos de idosos, que se reúnem nos Centros Sociais do SESC, para discutirem seus problemas e uni-

dos resolverem a situação em que se encontram, inclusive procurando meios de arrumarem trabalho. Seu apelo é muito oportuno. A velhice está ai abandonada, desamparada. É preciso que nos voltemos para os idosos e que nos conscientizemos do abandono ao qual estão relegados, fazendo também alguma coisa por eles.

«Chegou às minhas mãos um exemplar de Nós Mulheres. Como antigo jornalista que sou, examinei-o com interesse. E pude verificar que vocês do Conselho Editorial acertaram na fórmula do jornal feito por mulheres para exprimir um ponto de vista feminino de sobre os problemas de hoje. Em geral, as páginas e os suplementos femininos de nossos jornais consideram a mulher como simples cliente de uma sociedade organizada e controlada pelo homem — o homem-legislador, tutor, industrial, comerciante. O jornal de vocês apresenta como participante, e isto é fundamental para definir uma nova situação, de consciência social e de afirmação humana. Minhas felicitações à equipe e meus votos de uma bela e produtiva carreira para Nós Mulheres». — CARLOS DRUMOND DE ANDRADE - RJ.

Muito nos alegra e lisonjeia receber apoio e elogios de grande poeta que você é! Resta-nos agradecer e esperar que você continue lendo nosso jornal e continue enviando sugestões e críticas.

«Publicação como o seu jornal é realmente necessária num país como o Brasil onde a mulher, economicamente dependente, é vista em termos de santa/deusa/rainha OU perdida/decaída, e nunca como ser humano autônomo. Daí a exploração da mulher e as discriminações que sofre no lar, no casamento, na igreja, na escola, na indústria, no comércio, nos esportes, nos meios de comunicação, nas profissões técnicas e

liberais, nos centros urbanos, nas zona rurais, na vida pública e política. (...) Desejo sucesso ao seu jornal. Continuem a luta que iniciaram. A jornada vai ser longa e árdua. A fé, a esperança, o entusiasmo, o trabalho exaustivo, juntamente com o desânimo e o desencorajamento, serão os companheiros de viagem. Igualmente importante é a sua participação nos meios de comunicação que afetam a opinião pública — e neste setor vocês estão fazendo um trabalho pioneiro e corajoso aí no Brasil. É bom saber que o movimento feminista já chegou ao Brasil. Nós Mulheres luta por uma causa justa. Continuem com o seu trabalho». ELOAH GIACOMMELLI - CANADÁ.

Gratas Eloah pelo incentivo e apoio. Gostariamos que todas as mulheres tivessem a visão que você tem do problema. É para isso que estamos fazendo este jornal. Para que todas possamos discutir nossos problemas. O jornal como disse e muito bem, é educativo, pretendo conscientizar a mulher, mostrando dados concretos, depoimentos pessoais, trazendo à luz, fatos que podem passar despercebidos, mas de fundamental importância para nós mulheres. Gostariamos de pedir que você envie colaborações que julgar importantes e que possam ser divulgadas pelo nosso jornal.

«Claro que sou um machista, por herança cultural etc e tal, mas eu acho que tudo tem uma medida e algumas coisas podem ser mesmo dispensadas (no caso específico do machismo). Tudo é uma batalha: deixar disso, encerrar outras. Esfregar daqui, varrer dali. Tudo é uma coisa só, as coisas ditas que só mulher faz são feitas com os mesmos membros que os homens também tem.. braços, pernas e é claro, cabeça... É isso aí, não mando grana por que não tenho». DEDÊ FERLAUTO - SAPIRANGA - RS

Agradecemos Dedê a força dada pelas sugestões e críticas. Da mesma forma agradecemos à ROSA MARIA CREDIDIO (SP), TINTIM (SP), NABOR FERNANDES (Valença-RJ), e PAULO AUGUSTO (RJ). É muito bom ouvir o que vocês tem pra dizer e refletir sobre os problemas lançados pelo jornal, visto a partir de outros olhos, os dos leitores. Quando tiverem oportunidade, façam matérias para colaboração. Ficamos aqui esperando por elas.

AGRADECIMENTOS

Centro Acadêmico Horácio Lane da Universidade Mackenzie pelo jornal O Picareta, órgão editado por este centro: esperamos manter contato com vocês.

A todo pessoal que conosco colaborou divulgando o jornal, enviando matérias, poemas, artigos, que não puderam ser aproveitados, e às pessoas que fizeram assinaturas.

ACUSAMOS RECEBIMENTO DE: «Carta Aberta à Imprensa» dos Centros Acadêmicos e Representação Estudantil da UNICAMP; Circular da Escola de Teatro Martins Pena (RJ); Ofício Circular nº 58 do Diretório Acadêmico do Centro de Artes e Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco; convite para participar da fundação do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES) e lançamento da revista «Saúde em Debate»; Convite para a abertura de O Artesão, galeria de artesanato e obras de arte de Belo Horizonte.

TEATRO POPULAR UNIÃO E OLHO VIVO — Apoiamos e nos solidarizamos com a campanha do teatro União e Olho Vivo em defesa de sua sede.

ERRATA — No Editorial do nº 2 onde se lê «4.000 pessoas em Vila Remo», leia-se «4.000 pessoas no colégio Santa Maria, Jardim Taquaral, bairro de Campo Grande».

UM PLANO PARA GESTANTES E CRIANÇAS

Gestantes, Nutrizes e Crianças

A partir de janeiro as gestantes; nutrizes (mulheres em período de amamentação) e criança até dois anos de idade, que se inscreverem nas Unidades Sanitárias do Estado de São Paulo, estarão participando do programa materno infantil da Secretária de Saúde.

O programa tem como objetivo melhorar o nível de alimentação das gestantes e crianças em idade pré-escolar, e com isso diminuir a grande percentagem de crianças que já nascem desnutridas.

As mulheres inscritas receberão um produto-Gestal- que contém calorias e proteínas, e que segundo a Secretaria de Saúde suprirá as necessidades das gestantes em termos nutricionais. O produto é composto por: 15% de leite desnatado — 5% de isolado proteico de soja — 25% de farinha de milho o pré-gelatinizada — 5% de amido modificado — 50% de açúcar comum.

Para uma melhor verificação de sua saúde a gestante deve retornar mensalmente à Unidade Sanitária. Ai ela receberá 3 quilos de produto, o necessário para um mês e passará por uma consulta médica.

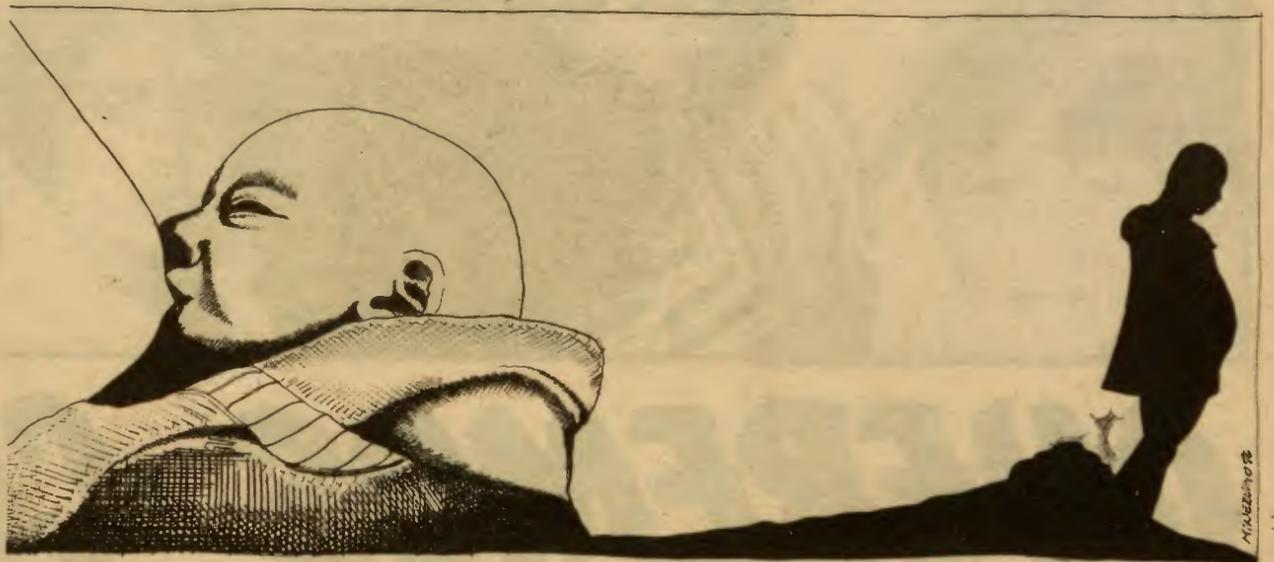
Desnutrição pré-natal

«A desnutrição da criança começa nove meses antes de seu nascimento.» A frase é do secretário da saúde Valter Leser e reflete, também, uma preocupação da Organização Mundial de Saúde, segundo a qual «a gestante deve consumir aproximadamente 400 calorias e 10 gramas de proteína, a mais do que o consumo de uma mulher adulta (que é de 2100 calorias)».

Esse consumo de calorias e proteínas nem sempre é possível às gestantes das populações de baixa renda. Isto leva à necessidade de programas específicos para gestantes. Ingerindo 100 gramas de produto-Gestal por dia, ela alcançará 370 calorias e 10 gramas de proteína.

A importância de aleitamento natural

As nutrizes necessitam de 600 calorias e 14 gramas de proteína, que serão fornecidas por 150 gramas de



Gestal por dia. Ela necessita dessa maior quantidade de calorias e proteínas para produzir o leite. Apesar das propagandas das grandes indústrias de alimentos de bebês, incentivarem as mães ao desmame no primeiro mês, elas devem iniciar o desmame quando a criança tiver 6 meses.

O aleitamento natural é de grande importância principalmente para as mães que não vivem em condições adequadas de saneamento básico. Nesse caso é difícil a preparação da mamadeira sem contaminação, o que vai causar diarreias contínuas. Esse processo que se dá numa época precoce da vida do bebê, leva-o a desnutrição. Daí a importância do aleitamento natural que além de ser melhor, em termos nutricionais, não apresenta problemas de contaminação, diminuindo o número de diarreias e outras doenças.

O maior problema é com crianças em idades pré-escolar

É justamente na faixa etária até 24 meses que os

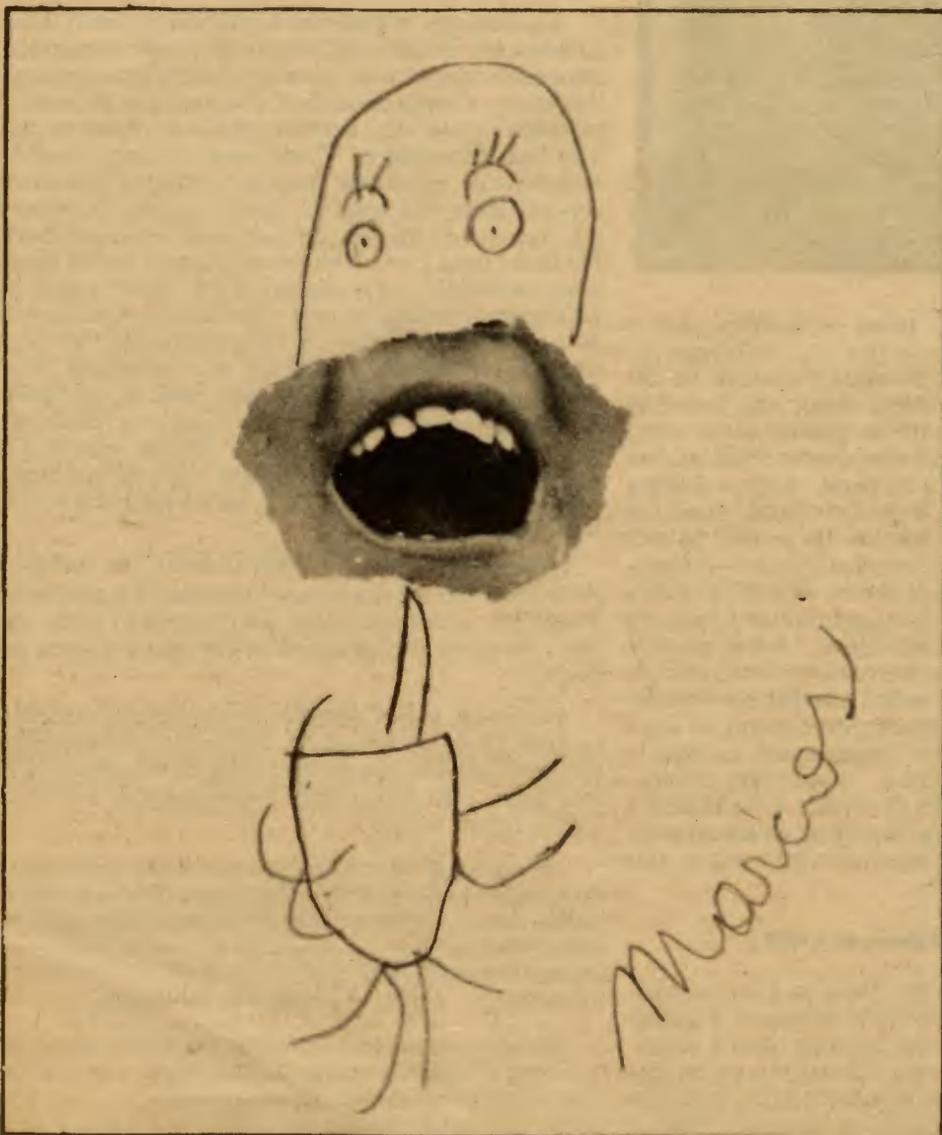
problemas nutricionais são mais importantes, pois as deficiências deste período provocam lesões irreparáveis.

Com a tentativa de evitar desnutrição em crianças até dois anos, o plano materno infantil incentivará às mães amamentarem suas crianças até os 6 meses de idades. Se a mãe tiver que iniciar o processo de desmame antes da época ideal, ou seja os 6 meses, ela receberá em média 8 latas de leite durante 18 meses.

Conforme afirmou a Nós Mulheres a Dra. Maria Helena, da Secretaria da Saúde, «atualmente a distribuição de leite para as crianças inscritas nas Unidades Sanitárias não é em quantidade suficiente para suprir as necessidades das crianças, mas o plano pretende distribuir mais leite para que as mães não tenham que dispor do baixo orçamento familiar para comprar leite.»

Embora o objetivo do plano seja o de melhorar o nível de alimentação das gestantes, nutrizes e crianças até dois anos, até que ponto ele será uma solução ?

declaração dos direitos da criança



“ A Assembléia Geral das Nações Unidas aprovou em novembro de 1959 a Declaração dos Direitos da Criança, objetivando com isso que «a criança tenha uma infância feliz e possa gozar, em seu próprio benefício e no da sociedade, os direitos e liberdades enunciados». Partindo do princípio de que *todas* as crianças gozaram de *todos* os direitos enunciados, a Declaração se divide em 10 tópicos, entre eles:

— «Todas as crianças, absolutamente sem qualquer exceção, serão credoras destes direitos, sem distinção ou discriminação, por motivo de raça, côr, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outra condição, quer sua ou de sua família.

— A criança gozará os benefícios da previdência social. Terá direito a crescer e criar-se com saúde, para isto, tanto à mãe como à criança, serão proporcionados cuidados e proteção especiais inclusive cuidados pré e pós-natais. A criança terá direito à alimentação, habitação, recreação e assistência médica adequadas.

— ...à sociedade e às autoridades públicas caberá a obrigação de propiciar cuidados especiais às crianças sem família a aquelas que carecem de meios adequados de subsistência.

— A criança terá direito a receber educação, que será gratuita e compulsória, pelo menos no grau primário... a criança terá ampla oportunidade para brincar e divertir-se; a sociedade e as autoridades públicas empenhar-se-ão em promover o gozo deste princípio.

— A criança gozará proteção contra quaisquer formas de negligência, crueldade e exploração. Não será permitido à criança empregar-se antes da idade mínima conveniente; de nenhuma forma será levada ou ser-lhe-á permitido empenhar-se em qualquer ocupação ou emprego que lhe prejudique a saúde ou a educação, ou que interfira em seu desenvolvimento físico, mental ou moral.

Visto que a Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada em 1948 pela ONU, proclama que todo homem tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades nela estabelecidas; que a criança, devido à sua imaturidade física e mental, precisa de cuidados especiais; e que a humanidade deve à criança o melhor de seus esforços, a Assembléia Geral apela aos pais, homens e mulheres em sua qualidade de indivíduos, às autoridades locais e aos governos nacionais, que reconheçam estes direitos e se empenhem pela sua observância mediante medidas legislativas e de outra natureza».

”



QUEREMOS CRECHE!

Enfrentando muita dificuldade, alguns grupos comunitários vêm trabalhando na construção de creches. Mas, será essa a forma de se resolver o grave problema da população trabalhadora, que não tem onde deixar seus filhos? A quem cabe, na verdade, a solução deste problema?

A falta de vagas é uma realidade nas creches espalhadas por São Paulo. Quando a mãe consegue uma vaga, é preciso que a creche esteja localizada próxima à sua casa ou ao seu trabalho. Não adianta haver vaga numa creche em Santana (Zona Norte), se a mulher trabalha na Lapa e mora em Remédios (Zona Oeste).

As creches em geral abrem às sete horas da manhã e fecham por volta de 18. Lúcia, mãe e trabalhadora da Zona Oeste, diz: «eles falam que a creche abre às sete, mas eu espero até sete e meia ou oito horas. Isso faz com que eu chegue atrasada no serviço todos os dias. Na hora de sair é outro drama. Às vezes, alguém vai buscar minha filha por mim».

As mulheres empregadas domésticas, que representam 32% da força de trabalho feminina e em São Paulo são por volta de 300 mil, também enfrentam o problema da falta de creches, e sequer têm uma legislação trabalhista que as ampare neste sentido. Maria, diarista no bairro da Lapa, deixa suas duas crianças numa creche mantida por uma entidade beneficente, muito próxima das residências onde trabalha: «São dois meninos, um de três e outro de cinco anos. Moro na Vila Jaguará, e de manhã bem cedinho, quando chego no ponto, as pessoas dizem: - lá vem a moça dos menininhos. Estou separada do marido já faz tempo, e tenho que lutar sozinha. As vizinhas é que dizem: - que coragem a sua tirar as crianças da cama de madrugada, são tão pequenas ainda. Mas eu preciso trabalhar, né? Enquanto eles estão na creche, eu posso trabalhar sossegada. Quando o mais velho fizer sete anos, vamos ver o que fazer». É que a creche onde Maria deixa seus filhos só aceita crianças até seis anos, e depois, na escola primária, a criança só fica meio período.

Teresa, diarista também no bairro da Lapa, leva seu filho de dois anos nas casas onde trabalha. «Não são todas as patroas que deixam a gente levar criança junto. Mas eu só posso trabalhar se levar meu filho comigo. Creche eu não sei, é um lugar onde a gente não pode deixar as crianças, né? Mas eu não sei não dizem que é muito difícil de conseguir. Aqui perto eu não sei onde tem uma, por isso prefiro trazer a criança comigo. As patroas prá quem trabalho deixam, mas tem as que não querem. Prá essas eu não posso trabalhar.»

Na Lapa, uma creche onde as crianças brincam na grama

A Secretaria do Bem Estar Social (SEBES) possui uma lista de creches em São Paulo, divididas por Administração Regional da cidade. Na área compreendida pela Administração Regional da Lapa existe apenas uma creche contruída pela Prefeitura e administrada indiretamente pela SEBES. As outras são particulares, em convênio com a SEBES. Por ser um bairro quase que exclusivamente residencial, predominam nas creches da região filhos de empregadas domésticas. É o caso da creche de Vila Leopoldina. Mantida pela Associação Evangélica Beneficente, localiza-se na Vila Hamburguesa, em meio a muita área verde. Nos gramados, gangorras e brinquedos que se avistam da rua arborizada e pacata, as crianças brin-



cam alegres. De manhã, ficam entretidas com a professora, que trabalha com elas em atividades recreativas e educativas, promovendo exercícios de desenvolvimento motor, etc. Além disso, elas fazem lá todas as refeições: desde café da manhã até a sopa, antes de saírem. Permanecem na creche desde as sete da manhã até entre 16:30 e 18 horas. A taxa mínima que um pai ou mãe paga é de Cr\$ 70,00. Varia de acordo com o salário de um ou de outro. Se por qualquer motivo de ordem econômica não puderam pagar esta taxa, a diretoria da creche estuda os casos e estabelece faixas menores. Mas sempre, uma pequena quantia é paga. Atende a crianças de 0 a três anos de idade e possui 27 leitos entre berços e quadrados. Com capacidade para 100 crianças está atualmente superlotada. Quem quiser conseguir vaga deve entrar na fila e esperar. As pagens recebem treinamento especial e orientação da professora para desenvolver atividades com as crianças à tarde. O médico é da SEBES e não dá plantão todos os dias. Se ocorrer qualquer coisa que exija cuidados médicos imediatos, tem-se que usar os recursos da comunidade.

Uma creche religiosa, gratuita

Outra creche na região é a Casa da Criança Mei-Mei. Particular, gratuita, de cunho religioso, é mantida pela Sociedade Assistencial Espírita, com o objetivo de atender à criança carente. Também aqui predominam filhos de empregadas domésticas. Dá preferência a mães que tenham mais que um filho. Sr. Atilio, o diretor da creche, explica que «isto se deve ao fato de

que é mais fácil para a mãe conseguir vaga para um filho só. Com dois ou três já é mais difícil». Mesmo assim, é feita uma triagem, onde os dirigentes da entidade visitam as casas dos candidatos às vagas, para obter um quadro verdadeiro da situação. Apenas três serventes são funcionárias, o resto do pessoal é voluntário. Uma educadora e algumas senhoras lá trabalham algumas vezes por semana. Atualmente atende a 25 crianças, mas tem capacidade para até 30. Tem bastante espaço e um grande arborizado. A creche existe desde 1965, atendendo crianças de dois anos e meio a sete.

É preciso reivindicar mais creches, é preciso construí-las

Não é demais repetir que em São Paulo existem 260 creches e parques infantis, públicos e particulares que, em vista do número de crianças existentes, são insuficientes.

Atualmente, a Prefeitura está construindo Mini-Creches em Itaquera (Zona Leste), com capacidade para mais ou menos 50 crianças cada. Mas o problema das vagas, a condução difícil, proximidade do local de trabalho, taxas, etc., deixam poucas alternativas para a mulher trabalhadora. Como resolver o problema? Na tentativa de encontrar soluções, muitas iniciativas comunitárias têm surgido, dando resultados concretos. As mães da Associação das donas de casa de Burgo Paulista (Zona Leste II) lutaram durante muito tempo para conseguir uma creche. Para obter verba da prefeitura, é preciso ter um salão adequado e a creche deve estar há três anos em funcionamento. Só desta forma a Prefeitura reconhece sua existência e dá continuidade à obra iniciada, por meio de convênios. Estes funcionam nas seguintes bases: a Prefeitura sustenta 70% das despesas da creche, dando Cr\$ 319,15 mensais por criança. Ou seja, numa creche com 50 crianças, a verba dada pela Prefeitura sustentaria somente 35.

Enfrentando todas as dificuldades, as mães da Associação conseguiram fazer funcionar um creche em Burgo por três anos. Hoje, ela funciona com uma parte da verba da prefeitura (o convênio) e outra das mães.

Na cidade A.E. Carvalho, bairro operário também na Zona Leste, os moradores construíram uma creche, fruto do trabalho de toda comunidade. Funciona já há sete meses e as dificuldades enfrentadas na sua construção foram muitas.

Na realidade, o encargo de construção de creches é do Estado (ou deveria ser). É dele que deveriam sair as verbas desde o primeiro momento, e não um convênio após três anos; é dele a obrigação de cuidar que nossas crianças tenham onde brincar, onde receber instrução, alimentação, enfim, a assistência necessária.

Se no seu bairro não há creches, é preciso reivindicá-las, é preciso lutar para que sejam construídas. Em número suficiente e bem planejadas, com área verde, pessoal especializado, assistência médica. Boas creches, e não depósitos de crianças.